



LIBROS

Novas fronteiras de estudos em turismo: dialogando com as relações internacionais

Reinaldo Miranda de Sá Teles [org.], Bárbara Catalano, Diomira Maria Cicci Pinto Faria, Fabiana de Oliveira, Guilherme Batista, Marcos Antônio Fávaro Martins, Vitor Stuart Gabriel de Pieri [autoras/es]

InMod, São Paulo, 2017

Documento disponible para su consulta y descarga en el Repositorio Digital Institucional de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires.
Para más información consulte: <http://repositorio.sociales.uba.ar/>

Esta obra está bajo una licencia Creative Commons Argentina.
Atribución-No comercial-Sin obras derivadas 4.0 (CC BY 4.0 AR)



La imagen se puede sacar de aca: https://creativecommons.org/choose/?lang=es_AR



See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/318044611>

Novas fronteiras de estudos em turismo: dialogando com as relações internacionais

Book · January 2017

CITATIONS

0

READS

554

6 authors, including:



Diomira M C P Faria

Federal University of Minas Gerais

36 PUBLICATIONS 49 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Bárbara Catalano

Instituto de Investigaciones Gino Germani

8 PUBLICATIONS 12 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Fabiana Oliveira

University of São Paulo

10 PUBLICATIONS 1 CITATION

[SEE PROFILE](#)



Guilherme Batista

Federal University of Minas Gerais

1 PUBLICATION 0 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



O papel do Circuito Cultural Praça da Liberdade na formação de hábitos culturais e regeneração econômica urbana: um projeto piloto [View project](#)

Novas fronteiras de estudos em turismo: dialogando com as relações internacionais

Reinaldo Miranda de Sá Teles
(organizador)

Bárbara Catalano
Diomira Maria Cicci Pinto Faria
Fabiana de Oliveira
Guilherme Batista
Marcos Antônio Fávaro Martins
Vitor Stuart Gabriel de Pieri
(autores)

InMod
2017

Copyright © 2017 ,Reinaldo Miranda de Sá Teles, Bárbara Catalano, Diomira Maria Cicci Pinto Faria, Fabiana de Oliveira, Guilherme Batista, Marcos Antônio Fávoro Martins, Vitor Stuart Gabriel de Pieri.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 12/02/1998.
Proibida a reprodução total ou parcial sem a autorização expressa escrita pelo autor ou editores. Publicação sem fins lucrativos. 2015
Impresso no Brasil/Printed in Brazil

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

T269g Teles, Reinaldo M. de S. (Org).Catalano, Bárbara; Faria, Diomira M. C. P.; Oliveira, Fabiana de; Batista, Guilherme; Fávoro, Marcos A. F.; Pieri, Vitor S. G. de. (Autores)

Novas fronteiras de estudos em turismo: dialogando com as Relações Internacionais. São Paulo: InMod, 2017.

153f. : il. figuras, mapas, gráficos.

ISBN 978-85-5514-031-0

1. Turismo 2. Relações internacionais.

CDU 327

Organizador

Reinaldo Teles - Professor Associado do Departamento de Relações Públicas Propaganda e Turismo da (ECA/USP) e do Programa de Mestrado em Turismo da (EACH/USP). É Livre-Docente em Ciências da Comunicação, Turismo e Lazer pela (ECA/USP).

Autores

Bárbara Catalano - Professora Adjunta da Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo. É doutora em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires (Argentina).

Diomira Faria - Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Doutora em economia pela Universidad de Alicante (Espanha).

Fabiana de Oliveira - Professora Adjunta da Universidade Paulista (UNIP). É Mestre (2015) e Doutoranda em Ciências para a Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/ USP).

Guilherme Batista - Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Marcos Fávaro - Professor Adjunto da Universidade Paulista. É Doutor em Ciências da Integração pelo Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/ USP).

Vitor de Pieri - Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DTur/IGeog/UERJ). É Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas.

As teorias do comércio internacional e o estudo do Turismo... 8

Por Diomira Faria, Guilherme Batista

Os debates teóricos nas Relações Internacionais: uma introdução para bacharéis em Turismo... 56

Por Fabiana de Oliveira, Marcos Fávaro, Vitor de Pieri

Turismo e integración regional: el caso del Mercosur... 107

Por Bárbara Catalano

Apresentação

A presente obra busca fornecer subsídios para o entendimento da complexidade de temas das Relações Internacionais no diálogo com o turismo.

O objetivo do primeiro capítulo, de autoria da Profa. Dra. Diomira Faria e do Bacharel em Turismo Guilherme Batista, é apresentar três teorias advindas do comércio internacional e relacioná-las com o turismo, verificando sua potencialidade para a compreensão das trocas internacionais derivadas do turismo. Para tanto, algumas perguntas são fundamentais: o deslocamento de pessoas, característica do turismo, entre as diversas regiões do planeta e seu impacto econômico nos diferentes países pode ser compreendido através das teorias do comércio internacional? O que estas teorias podem auxiliar na compreensão do fenômeno turístico internacional, no seu planejamento, incentivo, gestão?

Já no Segundo capítulo, a doutoranda Fabiana de Oliveira e os Profs. Doutores, Marcos Fávaro e Vitor de Pieri, buscam debater os principais marcos teóricos das relações internacionais, entendidos como

importantes instrumentos de formação dos bacharéis em Turismo. Em tempos em que os avanços ocorridos nas telecomunicações e nos transportes encurtam as distâncias e diminuem o efeito das fronteiras geopolíticas, a economia e a política de um país são, cada vez mais, influenciadas por acontecimentos que tomam lugar nas mais diferentes partes do planeta. Esta internacionalização, correntemente chamada de globalização, demanda uma maior compreensão das relações internacionais, o que explica a proliferação de cursos e disciplinas dedicadas ao estudo da política internacional e das suas teorias

Por fim, a Profa. Dra. Bárbara Catalano, faz uma análise cuidadosa do Turismo no Mercosul, considerando, dentre outros elementos, o rol que os fluxos turísticos possuem nos processos de integração regional.

Reinaldo Teles

**As teorias do comércio internacional e o
estudo do turismo**

Por Diomira Faria, Guilherme Batista

A partir do término da segunda guerra mundial, observa-se um fortalecimento da atividade turística em nível internacional, expressada pelo movimento de turistas entre países, pelos investimentos públicos em infraestrutura turística, por investimento privado nos setores econômicos que atendem à demanda do turismo e pela magnitude da produção derivada do turismo, considerando seus impactos diretos e indiretos em todas as atividades produtivas. Ao observá-lo a partir de algumas magnitudes, o turismo pode ser apresentado como um dos fenômenos sociais mais significativos da era moderna e contemporânea. Pois, se em 1950, o registro do fluxo turístico (chegadas) nos mais diversos países foi de 25 milhões, aumenta para 687 milhões em 2000 (OMT, 2008)¹, 940 milhões em 2010 (OMT, 2011)², e 1,113 bilhões em 2014 (OMT, 2015)³.

Se analisarmos pela ótica da receita turística, é possível verificar a contribuição do turismo para a

¹ Disponível em: http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/historical/ITA_1950_2005.pdf.

² Disponível em: <http://mkt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights11splr.pdf>.

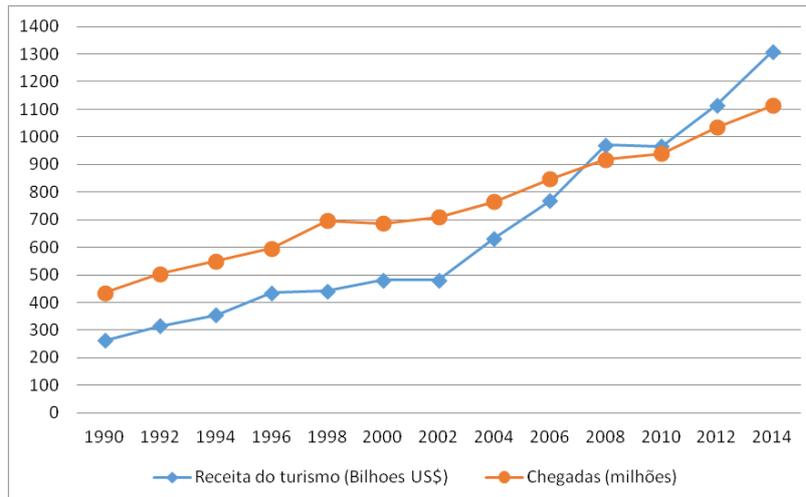
³ Disponível em: <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416875>.

dinâmica da economia global, pois no ano de 1950 os turistas estrangeiros geraram um volume de receita de U\$ 2,1 bilhões, que atingiu U\$ 481,6 bilhões em 2000, U\$ 919 bilhões em 2010⁴ e US\$ 1,309 trilhões em 2014⁵, um aumento expressivo em 64 anos e surpreendente nos últimos 14 anos, onde obteve crescimento superior a 170%. Isto significa ainda uma geração média de receita de U\$ 977 para a chegada de cada turista internacional em 2010 e US\$ 1.176 em 2014. O gráfico seguinte apresenta o crescimento desde 1990 do número de chegadas de turistas internacionais no mundo e a receita respectiva.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS CHEGADAS E RECEITA DO TURISMO INTERNACIONAL (1990 - 2014)

⁴Os valores são em US\$ correntes, pois, segundo o autor: "Receipts data are in current US\$ and Euro (based on the average anual exchange rate for euro or ECU to US\$) and can be strongly influenced by exchange rate fluctuations", OMT, 2008 - Anex 10.

⁵ OMT. Disponível em: <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418145>.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da OMT. 2015.⁶

Os números de geração de receita para cada turista estrangeiro no Brasil são similares aqueles encontrados em nível mundial, pois com uma entrada de 5,2 milhões de turistas em 2010, a entrada de divisas foi de U\$ 5,9 bilhões, o que corresponde a cerca de U\$ 1.138 para cada turista estrangeiro⁷. Ao comparar com os números de 2014, o país recebeu 6,3 milhões de turistas estrangeiros, com uma entrada de

⁶ Organização Mundial do Turismo. Disponível em: <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416875>. Acesso 03 de agosto de 2016.

⁷ Ministério do Turismo do Brasil. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/dadosefatos/>. Acesso em 02 de outubro de 2011.

divisas correspondente a U\$ 6,8 bilhões, resultando em cerca de U\$ 1.079 para cada turista estrangeiro⁸.

Diversos estudos argumentam que as atividades turísticas em uma nação se ampliam com o crescimento econômico, seja porque: i) a demanda pelo turismo é elástica em relação a renda (Tisdell, 2000; Andrade, 2007; Sinclair, 2009); ii) o aumento do tamanho do setor pode gerar economias externas de escala (Sinclair, 2009); iii) a melhoria da infraestrutura influencia nos preços dos passeios turísticos, seja pela redução dos preços dos pacotes, seja facilitando a viagem para o turista que usa o seu próprio carro; iv) o progresso das tecnologias de comunicação e informação influencia na atividade (Pulido et al, 2013) e, finalmente, v) rendas mais elevadas estão associados com mais tempo para o lazer. Além disso, deve-se destacar o comportamento social, onde o efeito imitação entre as classes sociais interfere na demanda por viagens, por exemplo, o estilo de vida das classes

⁸ Ministério do Turismo do Brasil Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/. Acesso em 03 de Agosto de 2016.

com maior rendimento é imitado pelas classes de menor rendimento (Boyer, 2003; Sinclair, 2009).

O turismo como uma atividade que possibilita romper com a vida cotidiana (Christaller, 1964, apud Tisdell, 2000) e viver uma experiência é valorizado socialmente, o que alimenta e fortalece sua participação na economia mundial (Faria, 2016).

A Organização Mundial de Turismo – OMT (2006) realizou um estudo comparando o movimento de turistas internacionais e o crescimento do PIB, no período de 1975 a 2005, ou seja, em 30 anos. Os resultados revelam que, quando o crescimento econômico mundial é superior a 4%, a resposta do volume de turistas tende a ser significativa. Se a taxa de crescimento do PIB é inferior a 2%, há uma tendência de menor crescimento para o turismo. Em uma situação de crescimento do PIB de 3,5% a.a, o turismo responde com uma média de crescimento que é 1,3 vezes maior que o aumento do PIB, como mostra a figura a seguir.

Figura 1.1: Crescimento Econômico e chegadas de turistas estrangeiros



Fonte: UNWTO: Tourism market trend: 2006 Editions⁹.

Se compararmos a figura acima com a taxa de crescimento das regiões mundiais, podemos ter alguns cenários interessantes. Em perspectiva mundial, o PIB cresce acima de 3,5% a partir de 2003, com um arrefecimento nos anos de 2008/2009 devido à crise financeira, volta a crescer acima do limite nos anos de 2010 e 2011, e fica margeando o limite dos 3,5% nos anos seguintes da série histórica. Este comportamento da economia mundial auxilia no entendimento do crescimento do turismo em nível internacional.

⁹ Disponível em: <http://www.unwto.org/facts/eng/economy.htm>. Acesso em 17/10/2010. Para mais detalhes ver UNWTO (2008): *Tourism market trend: World Overview & Tourism Topics*, 2006 Editions, p.71.

*Quadro 1.2: Evolução da economia Mundial - PIB (%)
2002-2014*

Região	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Mundo	2,9	3,6	4,9	4,5	5,1	5,2	3,0	-0,8	5,1	3,8	3,4	3,3	3,4
Economias Avançadas	1,7	1,9	3,2	2,6	3,0	2,7	0,6	-3,4	3,0	1,6	1,2	1,4	1,8
Estados Unidos	1,8	2,5	3,6	3,1	2,7	2,1	0,4	-2,4	2,4	1,8	2,3	2,4	2,4
Zona do Euro	0,9	0,8	2,2	1,7	2,9	2,7	0,7	-4,1	2,0	1,4	-0,7	-0,4	0,9
Japão	0,3	1,4	2,7	1,9	2,0	2,3	-0,7	-5,0	4,5	-0,8	1,5	1,5	-0,1
Economias Emergentes	4,8	6,2	7,5	7,1	7,9	8,3	6,0	1,7	7,4	6,2	5,1	4,7	4,6
China	9,1	10,0	10,1	10,4	11,6	13,0	9,0	8,7	10,4	9,2	7,7	7,7	7,3
Índia	4,6	6,9	7,9	9,2	9,8	9,4	7,3	6,5	10,1	6,8	4,7	5,0	7,3
Rússia	4,7	7,3	7,2	6,4	7,7	8,1	5,6	-7,9	4,3	4,3	3,4	1,3	0,6
Brasil	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	5,7	5,1	-0,2	7,5	2,7	1,0	2,5	0,1
América Latina	0,6	2,2	6,0	4,7	5,7	5,7	4,2	-2,5	6,2	4,5	2,9	2,7	1,3

Fonte: International Monetary Fund - 2015. Retirado de World Economic Outlook, Oct - 2015 - IMF.

No plano regional, ao se considerar os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), se constata um aumento quase contínuo do PIB entre 2002 e 2008, interrompido devido à crise financeira de 2009 (a exceção é o Brasil entre 2002 e 2003). Este grupo de países apresentou um crescimento do PIB acima dos 3,5% o que indica, de acordo com a OMT / IMF, que o turismo pode ter respondido com um crescimento percentual 30% maior que o crescimento do PIB. A partir de 2009, países como Índia e China continuam com um crescimento significativo, mas Brasil e Rússia apresentam uma queda em seu crescimento econômico, o que influencia no comportamento do turismo. Em comparação pode-se esperar um declínio dessa atividade no Japão, nos Estados Unidos e nos

países da zona do euro e um crescimento nos países de economias emergentes a partir de 2010.

**QUADRO 1.3: EVOLUÇÃO DAS CHEGADAS DE
TURISTAS INTERNACIONAIS POR REGIÃO (2010-
2014)**

Regiões	Chegadas de Turistas Internacionais (Mi.)				
	2010	2011	2012	2013	2014
Europa	488,90	516,4	534,4	566,4	581,8
Ásia e Pacífico	205,4	218,2	233,5	249,8	263,3
Américas	150,1	156,0	162,7	167,5	181,0
Oriente Médio	54,7	54,9	51,7	48,4	51,0
África	49,5	49,4	52,9	54,4	55,7

Fonte: OMT. 2015.

Quais os destinos majoritários dos turistas?
Qual o saldo por região ao considerar as regiões por origem e destino dos viajantes? O quadro 1.4 mostra alguns resultados.

**QUADRO 1.4: SALDO DO FLUXO TURÍSTICO
INTERNACIONAL POR REGIÕES - 2014**

Regiões	Turismo Emissivo (Mi.)	%	Turismo Receptivo (Mi.)	%	Balço de Fluxo
Europa	575	50,80%	581,8	51,40%	6,8
Ásia e Pacífico	267,9	23,70%	263,3	23,20%	-4,6
Américas	189,2	16,70%	181	16,00%	-8,2
Oriente Médio	37	3,30%	51	4,50%	14
África	33,2	3,30%	55,6	4,90%	22,4
Origem não especificada*	30,4	2,20%			
Total	1132,7	100,00%	1132,7	100,00%	

* Países que não podem ser atribuídas a uma região específica de origem. Como a informação é derivada de dados turismo receptivo isso ocorre quando o país de origem usa categorias como "outros países" agrupando países que não estão especificamente separados.

Fonte: OMT. 2015

A Europa se destaca como a principal região emissora e receptora de turistas internacionais, tendo uma cota acima dos 50% tanto para emissão de turistas internacionais quanto para a recepção, consequência do alto nível de desenvolvimento de seus países e da significativa demanda turística apresentada pelos mesmos. A série histórica dos dados do balanço de fluxo de turistas internacionais europeus (quadro abaixo) revela que o continente europeu possuía um turismo emissor maior que o receptor, porém, percebe-se que a partir do ano de 2012 houve redução no número de turistas emitidos pela Europa, em consequência da persistente crise no continente.

**QUADRO 1.5: SALDO DO FLUXO TURÍSTICO
INTERNACIONAL POR REGIÕES: 2011-2014 (em**

milhões)

Regiões	2010	2011	2012	2013	2014
Europa	-11,8	-12,6	-2,9	-2,5	6,8
Ásia e Pacífico	-1,4	1,7	-4,1	-2,2	-4,6
Américas	-5,7	-5,4	-8,9	-10,2	-8,2
Oriente Médio	23,6	19,4	20,1	19,4	14,0
África	21,6	20,9	21,0	22,4	22,4
Origem não especificada*					
Total					

* Países que não podem ser atribuídas a uma região específica de origem. Como a informação é derivada de dados turismo receptivo isso ocorre quando o país de origem usa categorias como "outros países" agrupando países que não

Fonte: Panorama OMT: 2012-2015

No período avaliado, África e Oriente médio apresentam um balanço de fluxo turístico internacional positivo. Países localizados nessas regiões apresentam níveis menores de desenvolvimento e poder aquisitivo da população (Pulido, 2013). Portanto, essas regiões apresentam taxas de turismo receptivo internacional superiores a emissiva.

Em relação à Ásia, Pacífico e Américas, estas regiões apresentam balanço de fluxo negativo, no ano de 2014, ou seja, emitem mais turistas internacionais do que recebem em seus territórios. Este fato pode ser explicado devido as altas taxas de crescimento da Ásia, sendo a China a grande locomotiva da região, e no caso

das Américas, a recuperação dos Estados Unidos e o crescimento da América Latina (embora o Brasil tenha apresentado taxas de crescimento econômico menor que da América Latina, desde 2011).

O objetivo deste capítulo é apresentar três teorias advindas do comércio internacional e relacioná-las com o turismo, verificando sua potencialidade para a compreensão das trocas internacionais derivadas do turismo. Para tanto, algumas perguntas são fundamentais: o deslocamento de pessoas, característica do turismo, entre as diversas regiões do planeta e seu impacto econômico nos diferentes países pode ser compreendido através das teorias do comércio internacional? O que estas teorias podem auxiliar na compreensão do fenômeno turístico internacional, no seu planejamento, incentivo, gestão?

O argumento que nos permite utilizar a abordagem teórica do comércio internacional ao turismo reside em analisá-lo a partir de algumas perspectivas contemporâneas (Sharpley, 2004) como são os fluxos decorrentes dos movimentos das pessoas,

mas também do consumo e, dessa maneira, o turismo pode ser definido como o consumo de experiências proporcionadas pelo movimento de pessoas. Desta forma, o turista é um consumidor, que se utiliza dos mais variados serviços para satisfazer suas necessidades, motivações e expectativas. Na contemporaneidade, o consumo é o principal procedimento de identificação social (Canclini, 1995). Por sua vez, na estrutura do comércio internacional a relevância dos serviços sobre as mercadorias tem aumentado, com projeções de se tornar o principal elemento das trocas internacionais (Krugman e Obstfeld, 2010). O estudo do turismo a partir das teorias do comércio internacional surge então como uma alternativa para a compreensão do fenômeno bem como para seu planejamento em nível das nações, com uma ênfase no Brasil. Em seguida, serão discorridos os principais elementos de cada teoria, suas interfaces com o turismo, críticas e sugestões.

As três teorias selecionadas são as seguintes: modelo de gravidade, vantagens comparativas e dotação e proporção dos fatores.

Modelo de Gravidade

De acordo com Krugman e Obstfeld, (2010), existe uma forte correlação empírica entre o porte da economia de um país e o volume tanto de suas importações quanto das exportações. O volume de comércio entre dois países pode ser previsto, com razoável precisão, pela seguinte fórmula:

- $T_{ij} = A \cdot Y_i \cdot Y_j / D_{ij}$ sendo:
- T_{ij} - o valor do comércio entre os países i e j ;
- A - um termo constante;
- Y - PIB do país;
- D - Distância entre os países.

Seguindo este modelo, considera-se que o valor do comércio entre dois países é proporcional, em igualdade de condições, ao produto do PIB de ambos e diminui de acordo com a distância entre eles.

A relevância do PIB é justificada pelo fato das grandes economias tenderem a gastar altas somas em importações devido a complexa estrutura econômica que possuem e também pelo maior poder aquisitivo de sua população. Também tendem a atrair grandes participações dos gastos de outros países porque produzem uma ampla gama de produtos. Dessa forma, o comércio entre duas economias será maior, quanto maior for qualquer uma delas. O fator distância está intimamente relacionado aos custos de transporte. Quanto maior a distância, maior o custo de transporte, aumentando o preço dos bens e serviços transacionados. De acordo com Krugman e Obstfeld (2010:10), modelos de gravidade estimados indicam um forte efeito negativo da distância sobre o comércio internacional. Estimativas consideram que o aumento de 1% na distância entre dois países implica uma queda de 0,7 a 1% no comércio entre eles. Em parte, esta redução reflete os custos mais elevados de transporte entre eles. Os avanços tecnológicos nos meios de transporte proporcionando maior economia de escala e o incremento da produtividade tendem a

reduzir o impacto da distância no comércio internacional, mas sempre será um fator a ser considerado.

Existem ainda dois fatores primordiais que dificultam o comércio internacional, além das distâncias: as barreiras e fronteiras. Existem diversas barreiras, pois o comércio internacional se diferencia na medida em que os contextos no qual se desenvolve são estrangeiros em lugar de nacional ou local. Estes contextos podem ser de caráter político, legal, institucional, econômico ou cultural, sendo diferentes em determinados aspectos dos encontrados em nível nacional ou local. Como bem apresentado por García (2015: 51), as empresas são constituídas por pessoas e são as pessoas que fazem negócios. Desta forma, ao participar de trocas internacionais, as pessoas se comunicam e negociam com pessoas de outras culturas, e as diferenças entre os valores culturais e maneiras de atuar das partes em negociação podem criar dificuldades adicionais durante a implementação da estratégia e em sua negociação. Como negociar com

a China, com os países árabes e mesmo com a Coréia do Norte? A qualificação para negociar em nível internacional surge então como fundamental para transpor as diversas barreiras existentes.

As fronteiras também exercem um efeito refratário ao comércio internacional. Embora geralmente os acordos comerciais eliminem todas as barreiras formais ao comércio entre países, é raro que eles tornem irrelevantes as fronteiras entre as nações. Pesquisas econômicas demonstram que, mesmo quando a maioria dos bens e serviços embarcados através de fronteiras nacionais não pague nenhuma tarifa e enfrente poucas restrições, há muito mais comércio entre regiões do mesmo país do que entre regiões em situações equivalentes em diferentes países (Krugman e Obstfeld,, 2010). Um exemplo é o comércio do Rio Grande do Sul, no Brasil, com seu vizinho mais próximo, Uruguai, chamando a atenção da baixa participação comercial entre eles (Lamas, 2007). Mesmo exemplo é dado entre as regiões de Ontário, no Canadá e Ohio, nos Estados Unidos, que embora vizinhas, têm a fronteira como uma barreira a ser

superada. A formação dos blocos econômicos ou os acordos bilaterais entre países tendem a diminuir este impacto, favorecendo a integração comercial destas regiões¹⁰.

No caso do turismo, merece atenção especial o caso dos vistos. Pesquisas realizadas neste âmbito nos blocos econômicos ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) pela WTTC (2013 e 2014) mostram a importância das políticas de facilitação de vistos para reduzir o efeito das fronteiras no turismo internacional. Os estudos mostram que alguns países pertencentes a estes blocos econômicos aderiram a políticas de facilitação de vistos para países dos mesmos blocos, gerando um aumento das chegadas de turistas internacionais em seus territórios e consequentemente o aumento nas receitas do turismo. Outro impacto importante apresentado foi em relação

¹⁰Em janeiro de 2016 foi assinado um plano de trabalho entre Brasil e Uruguai, com o objetivo de facilitar e incrementar a relação comercial existente entre o Brasil e o Uruguai. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2016/fevereiro/brasil-e-uruguai-assinam-plano-de-trabalho-para-facilitar-o-comercio-exterior-dos-dois-paises>. Acesso em 16/08/2016.

a alta taxa do crescimento de empregos, não somente os empregos que estão limitados a indústrias do turismo, mas também os empregos indiretos que foram criados através da cadeia do turismo de abastecimento e indústrias e empregos induzidos que foram gerados através de funcionários que gastam os seus rendimentos em outros setores da economia.

Vejamos agora os principais parceiros comerciais do Brasil, e a contribuição do modelo de gravidade na explicação da origem e destino do comércio do Brasil com o resto do mundo através do Quadro 1.6.

**QUADRO 1.6: PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO
BRASIL - 2014**

27

Países	Exportações Brasileiras - (Milhões / R\$)	Importações Brasileiras (Milhões / R\$)	Saldo Comercial (Milhões / R\$)
China	40.616.107.929	37.344.985.579	3.271.122.350
Estados Unidos	27.027.771.514	35.018.330.949	-7.990.559.435
Argentina	14.281.998.035	14.142.927.904	139.070.131
Alemanha	6.632.731.467	13.837.992.732	-7.205.261.265
Holanda	13.035.583.965	3.168.111.145	9.867.472.820
Japão	6.718.600.696	5.901.375.580	817.225.116
Coreia do Sul	3.831.244.201	8.525.812.726	-4.694.568.525
Índia	4.788.735.235	6.640.265.239	-1.851.530.004
Nigéria	955.469.417	9.495.353.411	-8.539.883.994
Itália	4.020.776.126	6.311.594.920	-2.290.818.794

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Como se pode observar no quadro 1.6 os dois principais parceiros comerciais do Brasil no ano de 2014 foram China e Estados Unidos, que apresentam, respectivamente, as colocações de segundo e primeiro PIB do mundo. O grande fluxo de comércio de mercadorias do Brasil com estes dois países pode ser explicado, em parte, através do modelo de gravidade, onde o valor do comércio entre dois países é

proporcional, em igualdade de condições, ao produto do PIB de ambos, ou seja, duas maiores potências econômicas mundiais mantêm os primeiros lugares em trocas comerciais com o Brasil. Em terceiro lugar aparece nosso país vizinho, Argentina, que tem o segundo maior PIB da América do Sul e país membro do Mercosul e, neste caso, os acordos comerciais, proximidade e tamanho das economias facilitam a troca de mercadorias entre Brasil e Argentina. Os outros países presentes no Quadro 1.6 se destacam como as maiores economias e participação de PIB mundiais, exceto Holanda e Nigéria.

O modelo da gravidade não consegue explicar todas as relações de trocas entre países e pode apresentar algumas anomalias, é o que se pode observar no Quadro 1.6. Entre os 10 principais parceiros comerciais do Brasil em 2014 aparece Holanda, que não está entre os maiores PIB da Zona do Euro, e a Nigéria, que não aparece entre as maiores economias mundial, mas estes casos podem ser explicados.

Brasil e Holanda têm aumentado sua relação de trocas comerciais nas últimas duas décadas. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços¹¹, os holandeses exportam principalmente gasolina, óleos de petróleo, adubos e fertilizantes, produtos químicos orgânicos, máquinas e aparelhos mecânicos, bebidas, queijos, ração animal e genética animal e de plantas e, por outro lado, importam soja, óleos de petróleo, minério de ferro, celulose, carne bovina e de aves, frutas e suco de laranja.

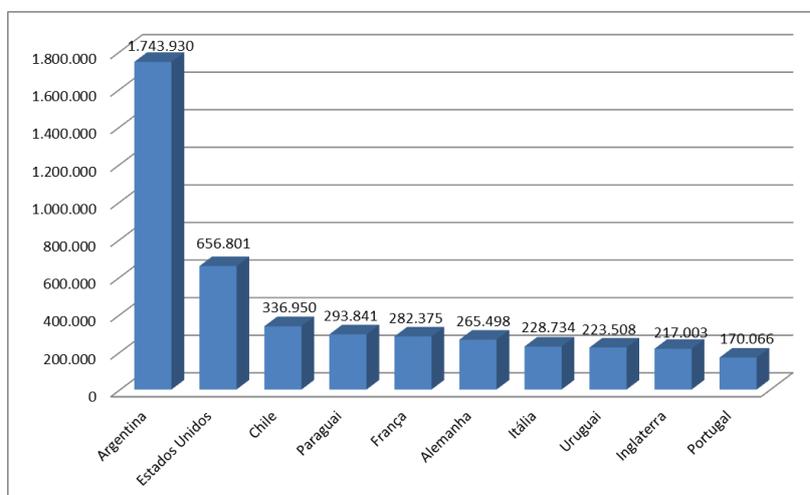
Em relação à Nigéria, o país apresenta o maior PIB do continente africano (Folha de São Paulo, 2014), e mantém forte relacionamento cultural com o Brasil. A partir de 2002, com ações do governo Lula, os países tiveram estreitamento de laços, e desta forma a Nigéria vem se tornando um forte parceiro comercial Brasileiro (Ribeiro, 2009). De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços os principais produtos importados pelo Brasil da Nigéria

¹¹ Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=87>. Acesso 06 de Agosto de 2016.

são óleo bruto de petróleo, gás liquefeito de petróleo, e gás butano liquefeito.

E em relação a composição do turismo internacional no Brasil, na época da Copa do Mundo, nosso principal evento esportivo nos últimos anos¹², qual o grau de aderência do modelo de gravidade neste caso? Vejamos no gráfico 2 a seguir:

GRÁFICO 2: CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS NO BRASIL (MIL) - 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Turismo. 2014.

¹² No momento em que escrevo, o fogo olímpico se apaga na Rio 2016.

A Argentina se destaca como o Principal país emissor de turistas para o Brasil, tendo mais que o dobro de turistas que o segundo colocado, os Estados Unidos. Conforme o Modelo de Gravidade, isso se explica pelo fato de ser o segundo maior PIB do continente sul americano e da proximidade entre os países, um dos principais fatores que influenciam os turistas ao decidirem o seu local de viagem.

Ao analisarmos o Gráfico 2 percebe-se que entre os 10 principais países emissores de turistas para o Brasil quatro deles são da América do Sul, que tem o fator distância como principal motivador. Em relação aos outros países presentes no Gráfico 2 se destaca os Estados Unidos, a maior potência econômica mundial, que se consolida como o segundo maior emissor de turistas ao país. Os países da Zona do Euro compõem o restante dos dez países que mais enviaram turistas ao Brasil em 2014. Esses países se destacam com os maiores PIBs da Zona do Euro, explicando dessa forma o poder aquisitivo de suas populações para viagens internacionais. Exceção à regra é o caso de Portugal,

que apresenta um PIB relativamente baixo comparado aos demais países que estão presentes na união europeia, mas a presença de Portugal pode ser explicada devido aos laços culturais que existem entre os dois países e principalmente na facilidade de comunicação.

Teoria das Vantagens Comparativas

No debate econômico do século XIX, a busca por responder a questão de porque os países comercializam entre si levou o economista inglês David Ricardo a propor o princípio das vantagens comparativas. Krugman e Obstfeld (2010) consideram que os principais motivos que explicam o comércio entre países se assentam na diferença entre eles, pois podem se beneficiar desta diferença, e também fazem comércio para obter economias de escala na produção, ou seja, ganhos de eficiência a partir da redução do custo por unidade produzida. O princípio das vantagens comparativas auxilia na compreensão de como as diferenças entre os países incentivam o comércio entre eles, propondo que cada país deva se

especializar em produzir aquele bem no qual é relativamente mais eficiente na sua produção, ou seja, que possua um custo de produção relativamente menor. Este custo por unidade de produto relativamente menor de um bem é considerado uma vantagem em relação a outro bem, uma vantagem comparativa, e este bem deve ser exportado. Assim, “o comércio entre dois países pode beneficiar a ambos, se cada qual exportar os bens em que possui uma vantagem comparativa” (Krugman e Obstfeld, 2010:22), ou seja, cada país deve-se especializar na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente, quer dizer, que tenha um custo relativamente menor, no que se refere à aplicação do princípio básico da divisão do trabalho. Esse mesmo país, por outro lado, deve importar aqueles bens cuja produção implicar um custo relativamente maior. Neste modelo, o livre comércio é uma condição essencial.

Um exemplo simples: Brasil e Chile. Considere que em cada país seja produzido apenas dois bens: café

e vinhos e o único fator de produção seja o trabalho, medido em horas trabalhadas. Para produzir café, o Brasil necessita de uma hora de trabalho por quilo de café produzido, entretanto para produzir um litro de vinho necessita de duas horas de trabalho. No caso do Chile são necessárias seis horas de trabalho para produzir um quilo de café e três horas para produzir um litro de vinho. O custo de se produzir um quilo de café no Brasil relativamente ao de se produzir um litro de vinho em horas de trabalho é de $\frac{1}{2}$ hora, enquanto no Chile é de 2 horas. Supondo que um quilo de café é trocado por um litro de vinho nos mercados mundiais a um mesmo preço, ambos os países vão se especializar, pois, no Brasil, a produção de um quilo de café exige a metade de horas de trabalho que a de um litro de vinho, ou seja o custo de produção é menor na produção de café. Assim sendo, os trabalhadores brasileiros receberão maior remuneração ao produzir café (lembre-se que o preço dos dois produtos é o mesmo) e haverá a especialização na produção de café.

No Chile, a produção de um quilo de café exige 2 horas de trabalho relativamente a produção de vinho,

desta maneira o custo de produzir um litro de vinho no Chile é menor relativo ao de produzir um quilo de café. Os trabalhadores podem receber maior remuneração ao produzir vinho, e deverá haver uma especialização na produção desta bebida neste país. A especialização gera ganhos do comércio uma vez que o Brasil pode utilizar o menor custo de produção (menos horas de trabalho para produzir café) produzindo mais café e trocando-o por vinho no mercado internacional, em lugar de produzi-lo diretamente. Por exemplo, na produção direta, uma hora de trabalho no Brasil produz somente meio litro de vinho. Esta uma hora deve ser empregada na produção de um quilo de café, que pode ser trocado por um litro de vinho no comércio internacional. Assim o Brasil deveria se especializar na produção de café, exportar este produto e importar vinho do Chile. Este é o princípio da vantagem comparativa ou também denominada dos custos comparativos.

Entretanto, há um aspecto importante a considerar neste exemplo, que corresponde a

produtividade do trabalho. Produtividade refere-se à quantidade produzida por hora de trabalho e fica evidente no exemplo dado, que a produtividade para produzir café no Brasil, relativamente ao Chile, é maior e vice-versa para o caso do vinho, no Chile.

O princípio das Vantagens Comparativas está relacionado com a produtividade dos fatores de produção¹³ que cada país possui dadas as suas condições de clima, a disponibilidade de recursos naturais, tecnologia, capital, etc. Do ponto de vista econômico, a produtividade é o mais importante, pois maior produtividade resulta em menores custos de produção (voltaremos a este ponto posteriormente).

A partir deste princípio, se, por exemplo, os custos relativos da produção de atividades turísticas em Cuba são menores do que no Brasil, Cuba teria vantagens em ofertar serviços turísticos ao Brasil, que em troca ofertaria outros bens e serviços àquele país, os quais teriam sido produzidos com custos relativamente mais baixos que Cuba. Como alerta

¹³ São considerados fatores de produção insumos utilizados para produzir bens e serviços, em geral considera-se: trabalho, recursos naturais (terra, recursos minerais, ambientais) e capital (Mankiw, 2001; Krugman, 2010).

Carvalho e Vasconcelos (2006:225), o princípio das vantagens comparativas considera o turismo entre países como uma mera questão de custos. Como é notório que outros fatores interferem na decisão do fazer turístico, como o interesse pela cultura do local, pelo exótico, a qualidade dos serviços, gostos e preferências, apenas o custo não é suficiente para explicar o deslocamento de pessoas para determinados lugares. No entanto, a análise dos custos de alguns componentes da cadeia de valor do turismo possibilita compreender a diferença de importância dos fluxos turísticos internacionais em diferentes países. Entre estes pode-se destacar os custos de transporte, de infraestrutura e dos serviços em geral.

Quanto ao custo de transporte, este está relacionado ao custo do deslocamento dos turistas, mas também do transporte dos bens e serviços necessários a experiência turística. Este custo é o resultado das condições das rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, portos e dos serviços correlatos e complementares para a prestação dos serviços. Não

somente a distância afeta nos custos de transporte, como vimos na teoria da gravidade, mas outros fatores como a disponibilidade de oferta, as condições operacionais do sistema de transporte e o uso de tecnologia, que irão influenciar para um maior ou menor custo do serviço. Desta forma, ações que levem a redução do custo de transporte possibilita a determinado país o ganho de vantagens comparativas no fluxo do turismo internacional.

Da mesma forma, o custo da infraestrutura, como saneamento básico, urbanização, eletricidade, telefonia e internet se mostram relevantes na composição do custo do produto turístico. Se o custo relativo para dotar de infraestrutura básica um destino turístico é maior que o de outro, a tendência, de acordo com esta teoria, é do fluxo turístico internacional se direcionar para aquele onde os custos são menores.

Finalmente, os custos dos serviços das atividades características do turismo como hotelaria, alimentação, agenciamento, entretenimento, também influenciam no custo relativo da oferta turística. Uma

alteração significativa, tanto para mais quanto para menos, dos custos de serviços turísticos tem forte influência sobre o custo relativo da oferta turística, e, assim, podem “melhorar ou piorar as condições de vantagens comparativas eventualmente obtidas por determinado país no âmbito do mercado turístico internacional” (Carvalho e Vasconcelos, 2006:226).

Esta teoria, embora tenha capacidade de explicar alguns aspectos do movimento turístico internacional não é suficiente para a compreensão das relações de troca no competitivo mercado internacional, apoiando-se apenas no fator custo. Neste contexto, outro arcabouço teórico se impõe como objeto de análise, a teoria da dotação dos fatores.

Teoria da Dotação e da Proporção dos Fatores

O comércio internacional deve se guiar pelo excesso ou escassez relativo dos vários fatores produtivos encontrados nos diferentes países, aponta a teoria da dotação dos fatores. Desta forma, é a quantidade de fatores produtivos existentes e

disponíveis nos países o fator predominante para determinar as trocas entre eles e não o custo de produção. De acordo com Carvalho e Vasconcelos (2006:227): “Um país apresentará vantagem comparativa na produção de um produto turístico se usar intensivamente um fator que possua em excesso relativo. Dessa forma, deverá exportar este produto e importar outro que utilize intensivamente um fator para o qual possui menor disponibilidade”. Os autores consideram que essa teoria consegue explicar uma parcela dos fluxos turísticos internacionais, pois assim, países com abundância de fatores produtivos como fatores naturais, histórico-culturais, humanos e de capital, que contribuam à oferta de produtos turísticos são receptores de turismo, exportam turismo, ao contrário daqueles que possuem escassez de fatores intrínsecos à produção turística, que seriam então emissores de turismo, ou seja, deveriam importar turismo.

Os países localizados no Caribe, por exemplo, devido a abundância de sol e praia, conseguem atrair fluxos turísticos advindos do país vizinho, a América do

Norte. Da mesma forma, a quantidade significativa de patrimônio histórico na França, Espanha e Itália fazem destes países os principais receptores de turistas internacionais na Europa (OMT, 2015).

Entretanto, considerar isoladamente a importâncias dos custos de produção ou as diferenças de recursos entre diferentes países auxilia na compreensão do comércio internacional, mas não são suficientes para explicar a complexidade das trocas entre países.

Avançando um pouco mais, a teoria das proporções de fatores, ou de Heckscher-Ohlin (H-O), mostra que a vantagem comparativa de um país na exportação de um determinado bem ou serviço corresponde a interação entre dois fatores: os recursos existentes no país e a tecnologia de produção. O primeiro fator corresponde a abundância relativa dos fatores de produção e, o segundo fator, a tecnologia de produção, considera a intensidade relativa com que diferentes fatores de produção são empregados na produção de diversos bens e serviços (Krugman e

Obstfeld, 2010: 41). A teoria mostra que o comércio internacional não é benéfico para todos, ideia preconizada por Ricardo, pois o comércio produz perdedores. Os argumentos são os seguintes: os países tendem a exportar bens cuja produção é intensiva em fatores de produção abundantes, e os proprietários dos fatores abundantes deste país conseguem ganhos do comércio, mas os proprietários dos fatores escassos deste mesmo país saem perdendo.

Estudos empíricos do fluxo de comércio internacional revelaram que o modelo de H-O apresenta certa inconsistência quando busca determinar o padrão global do comércio entre as nações, mas parece ajustar-se muito bem ao comércio Norte-Sul, ou seja, a troca entre nações localizadas no Norte e no Sul do planeta, além de avançar na análise dos impactos da inserção de um país no comércio internacional no tocante a distribuição de renda (Krugman e Obstfeld, 2010 e Oliveira, 2007).

Ao analisarmos países em desenvolvimento, ou regiões com apenas uma dotação de fator em abundância, neste caso, as ilhas, que possuem como

principal fator os recursos naturais, ao abrirem seu principal fator para o comércio exterior, pode ocorrer um processo geral de decadência, subordinação e mesmo desaparecimento de atividades econômicas tradicionais em prol da modernização turística (Ouriques, 2005; Barreto, 2003).

Em muitos casos, de modo geral, a maioria dos residentes dessas regiões não se beneficiam com o a modernização prometida pelo turismo (Ouriques, 2012), uma vez que essas regiões são tomadas por grandes redes hoteleiras e multinacionais ligadas a serviços. E essas empresas, em sua maioria, são sediadas nos países mais avançados, ou seja, as principais potências econômicas mundiais.

As regiões que são apropriadas por esses empreendimentos não conseguem desenvolver suas economias, já que grande parte da receita gerada pela atividade turística vai para suas sedes em países diferentes de onde é realizada a experiência turística. Esse processo é mais uma evidência da desigualdade

na distribuição e apropriação da renda gerada pelo turismo internacional (Ouriques, 2012).

Um caso ilustrativo de turismo internacional em solo brasileiro é narrado por Barreto (2003). A localidade de Canasvieiras, praia situada ao norte da Ilha de Florianópolis, em Santa Catarina, com recursos naturais abundantes, especializou-se na oferta do segmento turístico de sol e praia aos nossos vizinhos, visitada por mais de vinte anos pelos argentinos. A explosão do turismo argentino na localidade e a falta de investimentos em infraestrutura levaram a uma série de problemas na área de saneamento básico, degradação do meio ambiente, contaminação das praias e conseqüentemente piora na qualidade dos serviços turísticos prestados e como resultado, a localidade perdeu competitividade no concorrente mercado do turismo internacional.

Comentários finais

Embora o princípio das vantagens comparativas e da dotação dos fatores auxiliem na compreensão dos fluxos internacionais de bens e serviços, existem

críticas que merecem ser expostas. Uma delas considera que o argumento sobre o sucesso e o fracasso do desenvolvimento econômico estar associado teoricamente e empiricamente ao grau em que os países abriram suas economias ao comércio internacional e se especializaram segundo suas vantagens comparativas é sistematicamente reiterada entre os organismos multilaterais, formando um poderoso consenso e guia de política de desenvolvimento. A introdução de um regime de livre comércio teria permitido que os países ingressassem na divisão internacional de trabalho utilizando intensivamente os seus fatores mais abundantes com efeitos positivos para o emprego, a distribuição de renda e a eficiência alocativa da economia.

Esta tese tem sido objeto de contestações empíricas, uma vez que estudos baseados na recuperação histórica das trajetórias exitosas de comércio exterior praticadas nas economias desenvolvidas ao longo de seu processo de industrialização e, em particular a das economias

asiáticas dinâmicas, chegaram a resultados totalmente divergentes. Verificou-se que o livre comércio só foi de fato praticado pelas nações industriais quando conveniente aos seus interesses estratégicos, tendo predominado ao longo de suas histórias, políticas protecionistas visando à construção de vantagens competitivas (e não comparativas). Estas foram particularmente aplicadas nas economias dinâmicas asiáticas no pós-guerra, viabilizando mudanças das suas especializações na direção dos bens com maior potencial de crescimento no mercado mundial, ou seja, bens de maior valor agregado (Medeiros, 2006).

Ao relacionar a competitividade externa com os custos de produção e a distribuição de renda, é possível identificar distintas vias de inserção internacional. É possível considerar que com exceção dos países que possuam extraordinária vantagem absoluta de custos decorrente de um recurso natural de excepcional qualidade ou que possua um nível de tecnologia muito superior aos demais, um aumento da competitividade externa depende da redução do custo do trabalho que pode ser obtido por duas vias. A

primeira é através de aumentos de produtividade em relação aos salários (que crescem a um ritmo menor) ou basear-se numa redução maior dos salários com a produtividade estagnada ou crescendo lentamente. A segunda, que depende de um amplo excedente de mão-de obra vivendo em condições de subsistência, baseia-se na busca de maior competitividade através de salários e custo do trabalho mais baixo. Esta estratégia de aumento de competitividade enfrenta sempre – pelo menos em uma faixa ampla de bens intensivos em mão-de-obra - o desafio do ingresso de produtores que devido ao seu baixo nível de renda per capita pode pagar salários (e apresentar custos) ainda menores.

Mas a primeira via depende crucialmente de que os aumentos de produtividade não se limitem ao setor exportador (Medeiros, 2006; Furtado, 1985). Para que os custos unitários do trabalho se mantenham competitivos internacionalmente e, ao mesmo tempo, permitam elevar o salário real é necessário que o custo de produção nos setores “*non-tradeables*” seja reduzido

através de investimentos e introdução de novas tecnologias.

A competitividade dos setores exportadores não começa neles diretamente, mas na produção dos alimentos, nos transportes, na infraestrutura, no setor habitacional, etc. Devido às interações dinâmicas entre crescimento e produtividade, um regime de alta produtividade requer uma política macroeconômica expansiva e favorecedora dos investimentos públicos e privados.

Com efeito, para que haja um permanente deslocamento na pauta exportadora e aumento da produtividade no setor exportador é necessária elevada taxa de investimento que depende no médio prazo da expansão conjunta do mercado externo e interno. A evolução dos salários reais em linha com a produtividade constitui um elemento estratégico para a expansão deste último.

E o turismo não fica alheio a estas prerrogativas. Desta forma, há necessidade de investimentos públicos e privados nos setores que sustentam a atividade turística visando reduzir custos para aumento de

produtividade, investir em tecnologia e em capital, visando uma inserção mais inteligente do Brasil no fluxo do turismo internacional.

Os programas de desenvolvimento turístico no Brasil das últimas duas décadas, especificamente os Programas de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, se assentam nesta constatação da necessidade de investimentos públicos e privados em setores que vão além daqueles do setor exportador, ao investir maciçamente na infraestrutura, na produtividade dos recursos humanos, na gestão, visando reduzir custos (Whiting e Faria, 2001; Perazza e Tuazon, 2002; Cerqueira et al, 2014), mas também tentando intensificar o uso de tecnologia e aumentar a produtividade dos fatores de produção.

Fatores de produção abundantes sem dúvidas são vantajosos ao se analisar as relações de troca no comércio internacional, mas não suficientes para uma inserção benéfica no comércio internacional, ou seja, apenas apoiar-se em um recurso natural abundante, ou

seja, “deitar em berço esplendido”, não garante ganhos para todos.

Finalmente, deve-se apontar que as teorias selecionadas neste texto estão inseridas em um arcabouço da teoria neoclássica do comércio internacional. Apesar de apresentarem falhas na tentativa de elaborar um padrão para o comércio internacional de bens e serviços, fornecem insumos apreciáveis para o entendimento da troca entre nações, para o planejamento e elaboração de políticas de incentivo e divulgação ao turismo internacional. Teorias referentes ao papel relevante das economias de escala surgem no debate econômico (Krugman e Obstfeld, 2010; Faria e Monte-Mór, 2010; Krugman, 1991) e merecem ainda ser investigadas pela ótica do turismo internacional.

Bibliografia

Andrade, J.R.L. Metodologia de estimação da demanda por turismo doméstico no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 33, n. 1, ano 31, p.117-136, jan./jun. 2007.

Barreto, M; Burgos, R.; Frenkel, D. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. São Paulo: Papirus, 2003. (Coleção Turismo). Cap. 3.

Boyer, M. *História do turismo de massa*. São Paulo: Edusc, 2003.

Canclini, N. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. p.75-94.

Cerqueira, P.S; Pinheiro, L.I.F.; Oliveira, K.C.S. Políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do turismo na Bahia. *IV Encontro de Economistas & IV Encontro de Egressos*. 07 a 10 de outubro de 2014 Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC Ilhéus - Bahia

Faria, D.M.C.P. *Turismo, museus e desenvolvimento regional: o caso de Inhotim*. Curitiba, Prismas: 2016 (no prelo).

Faria, D.M.C.P.; Monte-Mór, R.L.M. Turismo, Teorías Económicas del Espacio e Inhotim. *Seminário de Economia Mineira*. Diamantina, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A121.pdf. Acesso em 21 de agosto de 2016.

Folha de São Paulo, *Nigéria ultrapassa África do Sul como maior economia africana*. 2014. Disponível para leitura em: <

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/14/36757-nigeria-ultrapassa-africa-do-sul-como-maior-economia-africana.shtml>>. Acesso em 13 de Agosto de 2016.

Furtado, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1985.

García, G. *Cultura y estrategia de los negocios internacionales: elaboración, negociación e implementación*. Madrid: Pirámide, 2015.

Krugman, P. *Geography and trade*. Cambridge, Mass. MIT, 1991a.

Krugman, P.; Obstfeld, M. *Economia Internacional*. 8 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Lamas, E. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 61-76, out. 2007.

Mankiw, N.G. *Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Medeiros, C. A. *Exportações e desenvolvimento econômico*. Seminário Internacional “Desenvolvimento e Vulnerabilidade: Perspectivas para a Retomada do Desenvolvimento nos Países do Sul”, 2 a 4 de Setembro de 2006.

Oliveira, I.T.M. *Livre comércio versus protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio*

internacional. *Revista Urutáguá*. No. 11 - dez/jan/fev/mar. 2007. Maringá.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Panorama OMT del Turismo Internacional*, Edición 2015. Madrid, 2015. Disponível em: <http://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284416875>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

Ouriques, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Átomo e Alínea, 2005.

Ouriques, H. R. *O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica*. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 34, n. 2, p. 147-157, July-Dec. 2012. Disponível para leitura em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumAnSocSci/article/viewFile/17005/pdf>>, 18 de agosto de 2016.

Perazza, M. C.; Tuazon, R. Prodetur/NE-I resultados e lições aprendidas. Fortaleza, 2002. Disponível para leitura em: <<http://docplayer.com.br/3599259-Brasil-841-oc-br-prodetur-ne-i-resultados-e-licoes-aprendidas.html>> Acesso em 16 agosto 2016.

Pulido, J.I. y Cárdenas, P.J. (coords). *Estrcutura económica de los mercados turísticos*. Madrid: Editorial Síntesis, 2013.

Ribeiro, C. O.; A política africana do governo Lula (2003-2006). *Tempo Social*, revista de sociologia da

USP, v. 21, n. 2, pp. 185-209. Disponível para leitura em:

<http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a09.pdf>

12 de agosto de 2016.

Sharpley, R. The consumption of tourism. En: Sharpley, R.; Telfer, D.J.(Eds.). *Tourism and development: concepts and issues*. Clevedon: Chanel View Publication, 2004, p.300-318.

Sinclair, M. T.; Stabler, M. *Aspectos econômicos do turismo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

Tisdell, C. (Ed.). *The economics of tourism*. Edward Elgar Publishing, 2000. v. 2. (The International Library of Critical Writings in Economics).

Vasconcellos, M.A.S.; Carvalho, L.C.P. *Introdução à economia do turismo*. São Paulo: Saraiva, 2006.

Whiting, S. S.; Faria, D.M.C.P. *Avaliação dos Aspectos Ambientais e Sócio-Econômicos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste*. Washington D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, 2001 (Publicação).

WTTC. *The Impact of Visa Facilitation in APEC Economies*. 2013. 24 páginas. Disponível em: <http://www.wttc.org/-/media/files/reports/policy-research/the_impact_of_visa_facilitation_in_apec_economies_high_res_2oct13.pdf>, 09 de Agosto de 2016.

WTTC. *The Impact of Visa Facilitation in ASEAN Member States*. 2014. 20 páginas. Disponível em: <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/policy-research/impact_asean.pdf>, 09 de agosto de 2016.

**Os debates teóricos nas Relações
Internacionais: Uma introdução para bacharéis
em turismo**

**Por Fabiana de Oliveira, Marcos Fávaro, Vitor de
Pieri**

Introdução

Em tempos em que os avanços ocorridos nas telecomunicações e nos transportes encurtam as distâncias e diminuem o efeito das fronteiras geopolíticas, a economia e a política de um país são, cada vez mais, influenciadas por acontecimentos que tomam lugar nas mais diferentes partes do planeta. Esta internacionalização, correntemente chamada de globalização, demanda uma maior compreensão das relações internacionais, o que explica a proliferação de cursos e disciplinas dedicadas ao estudo da política internacional e das suas teorias.

Ainda que o grande marco das relações internacionais seja os acordos de paz de Westfália, de 1648, quando se faz o uso dos conceitos de soberania e de anarquia, como campo de estudo acadêmico a área começou a ganhar relevância a partir de 1919, quando a primeira cadeira acadêmica sobre o tema foi criada na University of Wales – a Cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional. O objetivo da disciplina era claro: entender as causas que levam à eclosão das

guerras, de modo a evitar que na Europa se repetisse a destruição provocada pela I Guerra Mundial.

Ainda que na segunda metade do século XX tenha ocorrido um processo de diversificação da produção de conhecimento no campo das relações internacionais, esta ciência ainda é entendida como principalmente anglo-saxônica, o que se deve ao evidente domínio que os autores estadunidenses possuem dentro da disciplina. Desta maneira, as universidades dos Estados Unidos terminam por influenciar, em grande medida, os temas que são tidos como de maior relevância, assim como os aspectos metodológicos presentes na produção acadêmica em relações internacionais (HERZ, 2002).

No Brasil, o estudo das relações internacionais surge apenas na década de 1970, ainda que, na década anterior, as obras de autores como Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado tenham ajudado a construir o chamado “estruturalismo latino-americano”. Este, ao criar uma discussão sobre a inserção dos países subdesenvolvidos no sistema capitalista internacional,

foi uma importante contribuição da América Latina à corrente teórica neomarxista das relações internacionais.

Diferente de outros campos das ciências sociais, as relações internacionais não possuem uma teoria que seja amplamente aceita pela sua comunidade epistêmica. Por ser uma ciência relativamente jovem e por ter resultado do desenvolvimento da ciência política, as relações internacionais partem da contribuição de autores como Thomas Hobbes, Maquiavel, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant para construir as teorias que compõem a pré-história das relações internacionais: o realismo clássico e o idealismo clássico (SARFATI, 2005). Este primeiro debate, travado principalmente no período entreguerras (1919-1939), forneceu as bases a partir das quais ambas as teorias evoluíram ao longo do século XX. A seguir, apresentaremos, então, a trajetória das duas principais correntes teóricas das relações internacionais e analisaremos as contribuições de alguns dos autores mais representativos destes paradigmas dominantes.

As raízes modernas do Realismo: Maquiavel e Hobbes

Chamamos de “*Realismo*” a convicção teórica – ou o pressuposto teórico – que defende que as relações políticas acontecem à margem da moralidade, sendo a própria política portadora de uma lógica própria, onde o que é importante é o fenômeno do equilíbrio de poder.

Essa grande linhagem de interpretação ganhou em sofisticação no século XX, com a institucionalização da ciência das Relações Internacionais, mas as suas raízes profundas estão no começo da modernidade, quando teve origem o Estado Moderno¹. Assim, se quisermos procurar as origens ao realismo político moderno, temos que buscar nas obras de Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Thomas Hobbes (1588-1679) as primeiras formulações.

¹ O leitor com certeza encontrará em outros manuais a referência a Tucídides (460 AC - 400 AC) e sua obra “*História da Guerra do Peloponeso*” como marco inicial do realismo. De fato que a informação não está incorreta: a natureza violenta das relações internacionais e dinâmica dos sistemas de alianças está descritos na obra do pensador grego. Porém diferente dos pensadores modernos Tucídides não serviu a uma escola continua, sendo sua obra dedicada a uma ordem social que guarda diferenças respeitáveis da sociedade moderna.

Maquiavel e Hobbes, que viveram em épocas diferentes e que possuem estruturas de pensamento também diferentes, têm uma concepção parecida no que toca a natureza humana. Com variantes sensíveis, a natureza humana é descrita nos dois pensamentos como corrompida e violenta, o que distânciava os dois pensadores de conclusões escatológicas, que entendam a humanidade como portadora de um destino pacífico e mais elevado no que toca o domínio técnico e a igualdade social.

Maquiavel é apontado pelos seus comentadores como o fundador da ciência política moderna por ter promovido a ruptura com o pensamento social medieval baseado na *escolástica*. O autor vai pôr por terra a idéia tomista de "*bem comum*" ao mesmo tempo em que vai contestar as bases do republicanismo dos antigos gregos, onde o que estava em tela era a formulação dos princípios que deveriam reger as instituições ideais.

O fundamento do pensamento político maquiavelista, diferente do que apregoara os gregos e a escolástica, era que a realidade deveria ser

compreendida como ela é, e não como ela deveria ser. Assim sendo, a realidade só poderia ser mudada a partir das forças presentes na própria realidade. A crítica aos gregos fica nítida no famoso trecho:

E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver que quem se preocupar com o que se deveria fazer e vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus (MAQUIAVEL, 1983, p.63).

Essa perspectiva pessimista da política concebe os vícios como uma constante da natureza humana. Nesse sentido a ação política deve se dar no sentido de garantir o equilíbrio institucional por meio do equilíbrio de forças. Isso, no contexto doméstico, quer

dizer que o príncipe deve buscar o equilíbrio entre os ricos e os pobres, a nobreza e a plebe.

“*O Príncipe*” é o primeiro livro moderno que trata do fenômeno da “*governança*”, mesmo sem esse conceito existir com essa designação e com o mesmo valor científico que ele possui em nossa época. Ao instruir o príncipe quanto à melhor conduta para permanecer no poder, Maquiavel está preocupado com a estabilidade política que disso deriva. O fato dos principados serem *hereditários* ou *novos* tem muito a dizer sobre a segurança institucional dessas entidades.

Os principados *hereditários* são o que pode existir de mais estável dentro dos governos dinásticos. Um povo que está a muitas gerações sendo governados por uma família está mais acostumado com as qualidades e os vícios desta, o conformismo das elites e do povo é um fator promotor da estabilidade. Já os principados *novos* (que podem ser *herdados*, ou *conquistados pela força das armas*) têm uma propensão estrutural para a instabilidade, uma vez que tanto o povo como os nobres tem a tendência de se

insubordinarem, seja pela lealdade pelo governo que sucumbiu, seja pela manutenção de privilégios.

Esse caráter instável dos governos dinásticos faz o autor preferir o governo republicano. A república é apresentada como um tipo evoluído de Estado, onde os atores políticos foram obrigados a construir – em muito impelidos pela experiência desastrosa da monarquia – um Estado onde os interesses tenham como se contrapor e se equilibrar, o que contribui para o equilíbrio institucional interno e para a defesa do Estado das agressões externas (MAQUIAVEL, 1994, pp. 24-25).

É do autor o mérito de compreender a natureza dual da política. Sua prática envolve a prática da violência, ao mesmo tempo em que envolve a difusão de valores sem os quais não haveria consenso dentro da comunidade política. Quando se questiona se é melhor para o príncipe ser amado ou ser temido (MAQUIAVEL, 1983, p.77), Maquiavel na verdade está discutindo qual dos braços da política que é mais conveniente, ou mais efetivo, em cada circunstância: a *coerção* ou o *consenso*.

Nos Discursos sobre a Primeira década de Tito Lívio (1994, pp.61-62), se apresenta a religião como um elemento “*cimentador*” da sociedade, por promover o consenso e facilitar as tarefas de governo, uma vez que um povo unido pela fé pode ser mobilizado com mais facilidade. Esse parecer pessimista a respeito das sociedades nacionais, ancorada principalmente sobre os exemplos da própria sociedade italiana renascentista, era completado por uma avaliação igualmente pessimista da sociedade internacional, instável e dilacerada pela violência.

Assim sendo, Maquiavel foi membro dessa primeira geração de diplomatas, que precisavam atuar em um sistema incipiente, onde as Relações Internacionais se resumiam ao jogo de alianças e à aplicação de força militar.

Um fator internacional que influenciou Maquiavel foi o processo desigual de formação do Estado Europeu. Os Estados que se formaram primeiro, com seus grandes territórios e efetivos demográficos, contavam com notável superioridade sobre os

principados italianos, e tomavam partido da sua desordem interna para intervir na península.

Neste particular, merece especial menção a política da França e da Espanha que, em sua disputa pelo controle do Mar Mediterrâneo, não mediram esforços de levar seus contingentes para a Península itálica, tomando partido das guerras entre os principados para garantir sua presença. A guerra travada entre França e Espanha era em parte desenvolvida sobre solo italiano.

Por esses motivos o pensamento deixado por Maquiavel para a ciência das Relações Internacionais leva em conta o papel do *Poder Nacional* na política externa. O conceito de “*poder nacional*” vai ser desenvolvido no século XX por teóricos maquiavelistas cujo principal nome foi Hans Morgenthau (1904-1980). Podemos definir esse conceito como a capacidade que um Estado tem de travar a guerra de maneira vitoriosa. Isso envolve tanto fatores materiais (posse de armas, dinheiro e recursos naturais) como fatores humanos (efetivo demográfico e organização institucional).

Quando lança a questão, no capítulo X de “O Príncipe”, de *“Como devem medir a força de todos os principados”* (1983, p.43), Maquiavel põe em questão a capacidade que cada Estado tem de fazer a Guerra bem sucedida, o que é tratado com mais cuidados em seu *“A arte da guerra”* (1521) onde escreve que *“Os homens, o ferro, o dinheiro e o pão constituem os pontos nevrálgicos da guerra, destes, os mais necessários são os dois primeiros, porque os homens e o ferro produzem pão e dinheiro, mas pão e dinheiro não fazem os homens e o ferro”* (MAQUIAVEL, SD, p.129).

Os homens de Estado devem ter como primeira preocupação o desenvolvimento de seus meios de defesa, o que diminui a possibilidade de um assedio oriundo de fora das fronteiras. Para Maquiavel *“Os homens são sempre contrários aos empreendimentos onde exista dificuldade; e não se pode ver facilidade no assalto a quem possua um Estado forte e não é odiado pelo povo”* (MAQUIAVEL, 1983, p. 43).

Nas entrelinhas dessa frase, pode-se deduzir que a paz internacional seria possível dado o equilíbrio estratégico, onde nenhum Estado se sente capaz de

acometer o outro. Porém, quando se observa a Europa do século XVI, uma grande lacuna aparecia para ser preenchida, que era a desproporção entre os grandes e os pequenos Estados. Por isso, Maquiavel é o primeiro teórico moderno a condenar os Estados de pequenas dimensões territoriais como inviáveis.

Disso deriva o projeto nacional maquiavelista de unificação da Itália. O empreendimento que Garibaldi e Cavour levaram a frente já na segunda metade de XIX é defendido por Maquiavel no último capítulo do *Príncipe*. Intitulado “*Exortação ao príncipe para livrar a Itália das mãos dos bárbaros*” (1983, p. 107), o capítulo defende que um chefe de Estado competente deveria se preparar militarmente para unificar a Itália pelas armas e expulsar os *bárbaros* (espanhóis e franceses) da península. O novo Estado Italiano teria recursos o suficiente para contrapor a França e a Espanha na Europa, o que alteraria, portanto, o equilíbrio estratégico continental. A paz e a estabilidade estariam asseguradas pelo equilíbrio entre os grandes Estados. Thomas Hobbes, por sua vez, está em um contexto histórico e intelectual bem diferente daquele de

Maquiavel. Nascido na Inglaterra do século XVII, Hobbes está situado em um contexto científico mais avançado do que o pensador italiano.

Do ponto de vista da política internacional, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) deu contornos bem definidos para a sociedade internacional, que passou a ter no Estado moderno seu principal ator. A “*Paz de Westfália*” foi o documento que pôs termo à guerra e ofereceu os primeiros elementos de um direito internacional europeu. A inovação deste documento foi trazer para o debate intelectual aquilo que passou a se conhecer com o nome de “*soberania*”, que é o direito que os Estados têm de contarem com integridade territorial e independência política. E foi Thomas Hobbes o principal teórico do fenômeno da soberania.

Além de ser um representante do racionalismo do século XVII, Hobbes deve ser apresentado também como um filósofo contratualista. O contratualismo filosófico foi uma tradição de pensamento que durou até o século XVIII, que acreditava que a sociedade era produto de um grande pacto chamado “*Contrato*”

Social". Esse contrato, concebido apenas hipoteticamente, era o artifício pelo qual a sociedade saía do Estado de Natureza (a sociedade sem o Estado) e fundava o Estado Civil.

Hobbes concebia a natureza humana como sendo estruturalmente violenta e viciada, o que tornava a existência da sociedade impossível sem o Estado. O Estado de natureza Hobbesiano, diferente do que vai acontecer com outros filósofos contratualistas, vai conceber um Estado de natureza apenas hipotético, sem existência histórica. Isso acontece por que no Estado de Natureza imaginado por Hobbes, os homens se comportariam de maneira agressiva, e essa agressividade destruiria toda a possibilidade de constituição da sociedade. Isso porque, no Estado de Natureza, todo o Homem tem direito a tudo e, pela lógica o *"tudo"* não pode ser repartido para *"todos"*. Sendo assim, esse estado de coisas é caracterizado pela guerra de *"todos"* contra *"todos"*.

Por isso o Estado de natureza hobbesiano é caracterizado pela *anarquia*, entendida como a ausência total de ordem social. Os homens no Estado

de Natureza, por compreenderem a fragilidade da própria condição, pactuam para fundar o Estado, uma entidade artificial (uma espécie de máquina, um *autômato*) cuja principal função é prover os homens de direito e tornar possível a sociedade. Esse pacto, também hipotético, tem o nome de “*contrato social*”.

No ato de assinatura do contrato, os indivíduos entregam todos os direitos que possuíam a uma nova entidade política, que é o Estado, apresentado por Hobbes pela metáfora do *Leviatã*, a besta bíblica de força descomunal. Depois de constituído, o Estado passa a redistribuir os direitos para os seus súditos, conforme o próprio soberano considerar seguro. Tem-se, então, o estabelecimento do *Direito Civil*, da *Propriedade* e da *Moral*.

Qual é a implicação desse raciocínio para as relações internacionais? Segundo a nossa leitura, são duas as implicações. A primeira delas diz respeito aquilo que nós conhecemos em nossa ciência com o nome de “*Anarquia internacional*”.

Para Hobbes, aquele estado anárquico, de violência e desordem, que caracterizava o Estado de

Natureza continua a existir, porém não mais entre indivíduos, mas sim entre Estados. Assim, não existe força maior no mundo do que a dos Estados, de maneira que é impossível uma *ordem internacional*. O direito é um fenômeno efetivo apenas dentro das fronteiras dos Estados, onde ele é garantido pela força das armas com que pode contar o poder civil; fora do Estado, não existe um pacto que possa ser efetivo, uma vez que o único amparo do direito é o senso de compromisso dos Estados, que obedece a um forte tom de cinismo.

Uma segunda contribuição de Hobbes está no seu conceito de soberania. Quando o autor escreve que a fundação do Estado envolve também a constituição da moral, Hobbes nega a Igreja Católica como uma entidade superior ao Estado. Segundo seus escritos, cada monarca teria o direito de fazer uma leitura particular das sagradas escrituras, fundando por isso uma moral nacional e negando as possibilidades de influência do Vaticano em assuntos pátrios.

Tanto Maquiavel quanto Hobbes vão reconhecer o direito como um fenômeno que é próprio do interior

dos Estados; ficando a sociedade internacional entregue à violência e a desordem. Essa é a contribuição que os dois autores vão prestar para o pensamento internacionalista do século XX. Particularmente Maquiavel introduz o conceito de “*equilíbrio estratégico*” e Thomas Hobbes contribui com o conceito de “*anarquia internacional*”.

O Realismo no século XX: os novos problemas e a evolução de um pensamento

Em tópico anterior, nós apontamos o pensamento político de Maquiavel e Hobbes como as bases de fundação do pensamento realista do século XX. Fizemos isso porque os grandes cânones das Relações Internacionais, que sistematizaram a nova ciência no transcurso do século XX, beberam dessas fontes de século XVI e XVII. Foram esses autores também que fundaram noções importantes da política moderna, e que deram base para o pensamento em relações internacionais. Se pensarmos o realismo como uma grande escola, poderemos encontrar pontos em comum, que podem ser listados assim:

-
- *A natureza humana é egoísta e destrutiva:* o ponto estruturante da cultura realista é uma antropologia filosófica negativa, isto é, dentro, dessa esfera de pensamento, o humano é visto como um ser destrutivo por natureza. Sendo assim, contextos de formação humana eficientes, caracterizados por boa educação e oferta de oportunidades para a promoção pessoal, só vão servir para anemizar um componente fulcral da existência humana que é a corrupção e o egoísmo. Essas características antropológicas, mais ou menos perceptíveis dependendo do contexto histórico, impactam diretamente sobre as instituições políticas, que tendem a ser corruptas, fracas ou de caráter predatório;
 - *Os Estados são os únicos atores efetivos da sociedade internacional:* o intelectual realista tende a dar menos importância para as Organizações Internacionais, ou porque

elas não existiam na ocasião da formulação do pensamento (como é o caso de Maquiavel e Hobbes), ou porque elas não são consideradas competentes o suficiente para resolver o problema internacional, por serem fracas ou partidárias;

- *A guerra é um problema estrutural*: assim como a natureza humana é corrupta e violenta; assim como é próprio dos Estados fazerem uma política expansiva e predatória, também vai ser próprio da sociedade internacional ser instável e belicosa. Dentro do ideário liberalista, a guerra é um mal humano destinado a desaparecer com a evolução das estruturas internacionais. Já para o realista, a guerra deriva da anarquia internacional, podendo ela ser evitada em circunstâncias específicas, mas jamais extinta como um mal da humanidade.

Essa tradição de pensamento estava no final do século XIX renegada aos confins dos arquivos mortos. Desde a queda de Napoleão I, a Europa passava por uma fase de relativa paz e, mesmo as guerras de unificação da Alemanha e da Itália passaram sem grande registros por parte dos intelectuais. Eram poucos os doutos como Halford J. Mackinder, que conseguia teorizar sobre as consequências da unificação da Alemanha para o equilíbrio estratégico europeu.

Há algo entorno de um século, os estudos de política internacional eram relegados ao Direito e poucos foram os grandes livros versados em política internacional escritos depois de *"Paz perpétua"* (1795), de Immanuel Kant. Vivia-se a era victoriana, caracterizada pelo livre fluxo de capitais pelo mercado mundial, pela segunda revolução industrial e pelo domínio dos oceanos por parte do império marítimo inglês. O otimismo da era victoriana, que inspirou os romances de Júlio Verne (1828-1905), parecia ser o arauto de uma era próspera, onde os benefícios da técnica teriam a supremacia sobre os vícios humanos.

Mas foram as contradições dessa ordem que promoveram a I Guerra Mundial (1914-1918).

A experiência cataclísmica da grande guerra e a incipiência da Liga das Nações em solver os problemas das décadas seguintes reabilitaram o realismo enquanto aparato analítico, enquanto o eixo de discussão dos problemas internacionais se deslocava do Direito para uma nova ciência que ficou conhecida com o nome de *“Relações Internacionais”*.

O esvaziamento e a pouca legitimidade da Liga das Nações, a ocupação do Rhur Industrial por tropas francesas em 1924, a invasão da Etiópia pelos italianos (1935-1936), da Manchúria pelo Japão (1931), a intervenção militar na URSS em 1922 e as dimensões internacionais da guerra civil espanhola (1936) eram demonstrações que a ordem liberal do século XIX estava dilacerada.

Neste novo contexto surge um livro que retoma o maquiavelismo em bases científicas e voltado para o novo tempo: *“Vinte anos de crise”*, foi trazido ao público por Edward Carr (1892-1982) em 1939. O livro trazia fortes críticas à arquitetura da Liga das Nações e a uma

geração de intelectuais preocupados com a restauração da ordem liberal do século XIX, o que era impossível.

O argumento central de Carr era que a ordem internacional iria mudar, se estabilizar ou deteriorar, mas jamais voltar a ter as características que possuía no século XIX. A diplomacia da primeira metade do XX deveria trabalhar com as forças presentes no novo cenário em uma atividade de reconstrução de uma nova ordem de estabilidade que deveria ter características completamente novas e existir em respeito aos sujeitos de poder internacionais.

Carr deixa claro as influências de Maquiavel ao discutir o papel da moral na política e a distinção entre a Política e o Direito. Para o autor essa diferença residia em uma questão de abordagem: o Direito era a ciência da isonomia, era válido em situações onde o sistema de leis tornavam os atores juridicamente iguais; já a Política era a ciência da assimetria de forças, e era válida para as situações onde a diferença de poder entre os atores influenciava de maneira marcante no processo decisório. Mas, o que é o poder?

Talvez seja essa a maior herança do autor para a ciência das relações internacionais.

Em um sentido mais abstrato, conforme foi discutido por Hobbes no capítulo XI de “O Leviatã” (HOBBS, 1999, p.92), poder é a capacidade que um indivíduo ou grupo tem sobre outro indivíduo, sobre grupos de indivíduos ou sobre fenômenos da natureza. Carr adaptou esse conceito para a esfera pública classificando o poder do Estado como sendo de origem militar, econômica e ideológica (2001, p.143). Essa classificação perdurou tanto dentro das relações internacionais que foi adotada por Zbigniew Brzezinski em sua previsão do colapso do bloco soviético feita em 1986 com o título de “*Game plan*”² (1986, p.110). Em 2004, Joseph Nye desenvolve o que Carr chamou de “Poder da propaganda” (ou poder ideológico) em seu “*Soft power*” (2004, p.01-04).

Ao procurar entender como formas “*duras*” de manifestação do poder (dada por meio das armas ou do dinheiro) se inter-relacionam com manifestações “*brandas*” (dadas pela moral, pela propaganda e pela

² A versão em português da obra recebeu o título de “EUA x URSS: o grande desafio”.

própria ideologia), Edward Carr retoma Maquiavel, para quem a política era uma simbiose do consenso e da coerção.

Em 1948, Hans Morgenthau (1904-1980) escreve *“A política entre as nações”*, um livro considerado pela comunidade científica como o maior representante do realismo. O livro também retoma as bases do realismo clássico, principalmente o legado de Thomas Hobbes. Assim como o pensador inglês, Morgenthau considerava os Estados como unidades autônomas, dotadas de vontade própria e em constante choque dentro de um sistema anárquico. Essa percepção foi apelidada pela comunidade de internacionalistas como *“sistemas das bolas de bilhar”*, sendo cada bola um Estado, a mesa a sociedade internacional, e o choque das esferas a natureza do jogo. Morgenthau herdou de Maquiavel a ideia de que a ética da política é diferente da ética do setor privado, sendo, por momentos, a violência um ato necessário para a integridade do equilíbrio de forças.

É interessante observar que os nove anos que separam os livros de Carr e de Morgenthau foram anos

de profunda mudança política e social, dada a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tanto os avanços tecnológicos promovidos pelo imperativo militar, quanto o hiato moral, promovido pela matança e pela destruição, exigiam a evolução do multilateralismo. Assim sendo, o livro de Morgenthau tem uma importância superlativa, não tão saliente do ponto de vista intelectual, mas fundamental do ponto de vista histórico e axiológico, porque ele inaugura um debate científico.

Sabemos nós que o fim da Segunda Guerra levou à rivalidade permanente os dois grandes vencedores da contenda: a URSS e os EUA. Sabemos também que a disputa entre essas duas superpotências não poderia ser resolvido pela força das armas, porque a posse das armas de destruição em massa por parte dos dois lados selava um equilíbrio estratégico sólido que, de rompido, poderia levar a humanidade à própria extinção. Por outro lado as instituições internacionais evoluíram e a Organização das Nações Unidas conseguia ser mais efetiva que a sua precursora. Isso colocava em questão os pressupostos lançados por

Carr e Morgenthau a respeito da belicosidade dos Estados. Essa primeira geração de realistas foi criticada por uma corrente liberal denominada “*Cientificista*”, por preferirem os métodos neopositivistas em substituição da interpretação histórica. Desse embate nasce uma nova leitura do realismo denominada “*Neorealismo*”.

Tendo à frente um discípulo de Hans Morgenthau – o estadunidense Kenneth Waltz (1924-2013) –, o neorealismo inovava em relação ao seu precursor por conceber a ideia de uma estrutura internacional de natureza sistêmica, que substituíra o modelo das “*bolas de bilhar*” de Morgenthau. Essa inovação preserva os Estados como protagonistas da política internacional, mas não desconsidera fenômenos tais como a influência das organizações internacionais. O principal fator estruturante do sistema internacional da década de 1950 era o equilíbrio bipolar.

No seu livro “*O homem, o Estado e a Guerra*”, Waltz tipifica em três ordens de fatores (que ele chama de “*imagens*”), que influenciam na estabilidade da

política internacional. Esses fatores são, respectivamente, a psicologia social, a natureza dos regimes domésticos e os fatores estruturantes da anarquia internacional.

O fim do bloco soviético e da ordem de polaridades definidas que caracterizava a Guerra Fria não só deu força para as teses neoliberais como obrigou a comunidade de internacionalistas a rever as proposições de Waltz. O realismo então se bifurcou em duas tendências conhecidas como *“Realismo ofensivo”* e *“Realismo defensivo”*.

O Realismo Ofensivo tem como principal intelectual John J. Mearsheimer (1947) que em seu livro *“The Tragedy of Great Power Politics”* (2001). Mearsheimer, que foi contra a dissolução do Pacto de Varsóvia em 1991, defende que o equilíbrio de poder é o meio pelo qual a paz mundial é preservada. Para Mearsheimer o direito internacional não é uma estrutura suficiente e os estadistas nunca declaram abertamente qual é o genuíno interesse de seus Estados.

Não obstante, os Estados são constituídos em torno de uma vontade de potência, que pode causar a destruição do próprio Estado. Isso quer dizer que os países atuam na sociedade internacional em busca de uma margem generosa de poder, que vai assegurar a existência do Estado, por mais ou menos tempo. Disso resulta uma conclusão pessimista que apregoa que a tendência do sistema internacional é a falência ou a destruição.

Em contraponto a essa perspectiva tem-se o “*Realismo defensivo*”. Para essa tendência, os Estados se armam não para expandirem seus interesses, mas para se defenderem de outros Estados. O medo mútuo que todos os Estados nutrem da própria destruição leva ao armamentismo contínuo e sinérgico conhecido pelo termo “*dilema da segurança*” (conhecido nos meios jornalísticos como “*corrida armamentistas*”).

Essas mudanças de tendências relativamente constantes devem-se a dinâmica política do século XX, onde tanto os contextos nacionais como internacionais mudaram de maneira muito rápida, impondo para os cientistas sociais um desafio intelectual hercúleo.

Obviamente que as Relações Internacionais não se esquivaram desse desafio.

A corrente liberal das relações internacionais: idealismo clássico e antecedentes históricos

Ainda que a corrente realista seja por muitos considerada como hegemônica nos estudos de relações internacionais, a perspectiva liberal também possui grande importância, principalmente para explicar o mundo do pós-Guerra Fria.

A tradição do pensamento liberal é mais facilmente lembrada pelo seu esforço em produzir análises sobre a organização da economia internacional. No entanto, no campo das relações internacionais, esta corrente deu origem a concepções sobre o papel desempenhado pela sociedade no nível internacional, assim como das instituições internacionais. O liberalismo consiste, mais bem, em uma série de abordagens sobre problemas internacionais, possuindo sua raiz ainda no Iluminismo, como afirma Nogueira (2005, p.58): “Não podemos falar em uma tradição liberal coerente e unificada. Há, na vastíssima gama de autores que a

compõem, uma diversidade que resiste a qualquer tentativa de síntese”.

Em sua fase clássica, chamada de idealismo, a tradição liberal apresentava uma clara preocupação com respeito à liberdade do indivíduo. Isso se devia à nova visão de mundo inaugurada pelo Iluminismo que defendia uma noção de igualdade traduzida através do chamado “direito natural”. A razão era a capacidade que garantia aos indivíduos as condições para exercer a sua liberdade e para buscar a realização de seus interesses, produzindo, assim, um resultado social positivo. O Estado liberal, por sua vez, seria o resultado de um “contrato social” firmado por indivíduos livres que racionalmente buscam a autopreservação e a proteção dos seus direitos naturais - a vida, a propriedade.

Ainda em sua perspectiva clássica, o idealismo sofreu a influência de autores como Thomas More (1478-1535), quem, ao escrever “A Utopia” (2008), descreve uma ilha constituída por 54 cidades que compartilhavam a mesma língua, normas e instituições, cujos governantes eram eleitos pelo povo e que

contava, ainda, com um legislativo que balanceava o poder do príncipe. Por não concentrar em suas mãos o poder absoluto, o príncipe não poderia tornar-se um tirano ou, mesmo, enviar seus cidadãos a guerras injustas. O conceito de guerra é outro ponto relevante da obra, uma vez que ela é retratada como algo bárbaro e abominável. Ainda assim, os cidadãos da ilha imaginada por More dedicavam tempo à preparação militar, de modo que o Estado pudesse encontrar-se pronto quando houvesse a necessidade de defender o seu território ou de prestar solidariedade a um Estado amigo. Daí advém a ideia de *guerra justa* e *guerra injusta* em Thomas More: é justa toda batalha travada como resposta a uma agressão externa ou com o fim de auxiliar um Estado aliado que tenha sido vítima de agressão. Assim, a Utopia é pacífica por contar com aspectos republicanos na sua forma de organização política e apenas poderia entrar em conflito contra territórios cuja organização institucional não contasse com uma divisão dos poderes que fosse capaz de impedir a tirania.

A preocupação com a construção de relações estáveis entre os países europeus e, conseqüentemente, de estabelecer o pacifismo na Europa, é uma preocupação antiga. A ideia de que este pacifismo possa ser alcançado a partir da integração de Estados soberanos – que viria a se materializar com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, e que se consolidaria há apenas poucas décadas com a criação da União Europeia – também é um projeto antigo e teve como um dos principais expoentes a figura de Abade de Saint-Pierre. Em *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*, publicada ainda em 1713, Saint-Pierre (1658-1743) apresenta a sua concepção do que seria um paneuropeísmo, cuja base estaria na união de príncipes cristãos em uma espécie de Santa Aliança que se adiantaria em 100 anos à aliança de segurança coletiva que fora implementada na Europa após as guerras napoleônicas. Segundo Seitenfus (2003, p.XXVII), “Para Saint-Pierre, o espírito belicoso vincula-se à autocracia monárquica, sobretudo de Luís XIV, que manifesta desenfreada ambição e pratica guerras de conquista colocando a fogo e a sangue a

Europa.” Desta maneira, a Europa cristã estaria protegida das guerras estrangeiras e também das guerras civis, das possíveis alterações fronteiriças e, ao mesmo tempo, os gastos militares destes Estados seriam reduzidos, promovendo um aumento da renda nacional. Ainda segundo o mesmo autor, “A conquista da paz representa para ele uma clara renúncia ao estado de natureza, já que os signatários extraem-se deste e ingressam num estado social (2003, p.XXVIII-XXIX)”.

O ideal de uma Europa pacifista também resultou, em 1795, na publicação de *A paz perpétua*, de Immanuel Kant (1724-1804). Segundo Kant, o estado de natureza dos Homens é de guerra, de modo que apenas um estado jurídico seria capaz de garantir a segurança em um cenário tão hostil. Assim, a paz deve ser assegurada por estruturas jurídicas institucionais, o que implica na saída do estado de natureza e na entrada no estado civil.

Os povos, enquanto Estados, podem considerar-se como homens singulares que, no seu estado de natureza (isto é, na independência de leis externas), se prejudicam uns aos outros, já

pela sua simples coexistência e cada um, em vista da sua segurança, pode e deve exigir do outro que entre com ele numa constituição semelhante à constituição civil, na qual se possa garantir a cada um o seu direito. Isto seria uma federação dos povos que, no entanto, não deveria ser um Estado de povos (KANT, 2008, p.16).

Tais estruturas jurídicas, por sua vez, quando pensadas no nível doméstico, devem ser republicanas, uma vez que estas seriam mais pacifistas por expressarem a vontade daqueles que efetivamente lutam as batalhas. Desta maneira, Estados orientados por uma constituição republicana tendem a ser mais pacifistas.

O argumento contratualista de Kant não se limita a analisar apenas o estado de natureza que caracteriza as relações entre os indivíduos em um momento anterior ao da implementação das estruturas jurídicas – a constituição republicana. Kant vai mais além e discorre também acerca das relações entre os Estados e entre os Estados e os indivíduos, criando a ideia de direito do Estado, direito das gentes e de direito cosmopolita. Este último se refere ao direito à

“hospitalidade, ou seja, o direito de que goza um estrangeiro de não ser tratado com hostilidade em virtude de sua condição. Este seria o “[...] *direito de visita*, que assiste todos os homens para se apresentarem à sociedade, em virtude do direito da propriedade comum da superfície da Terra (KANT, 2008, p.20).”

Ainda que o idealismo tenha encontrado seus principais expoentes na filosofia política, o principal nome com o qual costuma-se relacionar a corrente é o do ex-presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson (1913-1921). Wilson, que governou ao longo de toda a I Guerra Mundial e retirou os Estados Unidos do isolacionismo que até então marcara a política exterior do país que viria a se tornar uma superpotência, denunciava o sistema de alianças europeu e a prática da diplomacia secreta como as reais causas da eclosão do conflito.

America's entry into the war made total victory technically possible, but it was for goals which bore little relation to the world order Europe had known for some three centuries and for which it had presumably entered the the war. America disdained

the concept of the balance of power and considered the practice of *Realpolitik* immoral. America's criteria for international order were democracy, collective security, and self-determination – none of which had undergirded any previous European settlement (KISSINGER, 1994, p.221).

Em 1918, Wilson proferiu, diante do Congresso estadunidense, um discurso em que enumerava os 14 pontos necessários para que se pusesse fim à I Guerra e para que se impedisse uma nova escalada de violência que pudesse novamente levar os Estados europeus a uma guerra de enormes proporções. Estes pontos consistiam em, principalmente, inaugurar pactos de paz que vetassem o uso da diplomacia secreta, que garantissem a livre navegação dos mares, a abolição das barreiras tarifárias que impediam a livre circulação comercial, a redução dos arsenais armamentícios ao mínimo necessário para a defesa nacional e a criação de uma associação capaz de oferecer garantias de observância da soberania política e da integridade territorial de todos os Estados.

Tais diretrizes foram fundamentais para a construção da Liga das Nações, em 1919, arranjo que

se propunha a operar como um espaço de diálogo entre as nações europeias, de modo a criar no continente maior transparência quanto aos objetivos estratégicos de cada país e, assim, o aumento da confiança mútua.

Ainda que a experiência da Liga das Nações tenha se mostrado pouco exitosa – já que ela não pôde cumprir com a sua principal função, a saber, apelar para a racionalidade dos Estados e regular a conduta dos mesmos a partir de normas pautadas na moral e na ética, de modo a impedir a eclosão de uma II Guerra Mundial -, a mesma raiz ideológica produziu, em 1945, um novo esforço multilateral que visava manutenção da paz, a Organização das Nações Unidas.

Liberalismo, Neoliberalismo e interdependência complexa

Conceitos como liberdade individual, direito à propriedade privada, liberdade de expressão, direito ao voto e igualdade jurídica são automaticamente associados ao liberalismo e passaram a estar presentes, em maior ou menor medida, em grande parte dos Estados que compõem o sistema

internacional. Para explicar o comportamento externo destes Estados, os teóricos liberais realizaram importante esforço, ao longo do século XX, para resgatar a tese antes defendida pelos autores clássicos de que a organização política doméstica, as instituições, o modelo econômico adotado e a observância dos direitos individuais determinam a ação internacional dos Estados. Desta maneira, de acordo com esta perspectiva, países democráticos tendem ao pacifismo e a adotar regimes econômicos de livre comércio, pois a guerra e o protecionismo comercial oneram principalmente a população dos Estados. Ao mesmo tempo, o argumento da paz democrática defende que Estados liberais terminam por estabelecer relações de amizade e de cooperação. Doyle (1986) entende que o liberalismo se divide em três vertentes:

- *Liberalismo Pacifista*: Joseph Schumpeter, na obra *Sociologia do imperialismo*, produzida logo após a I Guerra Mundial, defende que o imperialismo é o resultado da persistência de práticas feudais que ainda coexistiam com o

Estado moderno capitalista, tais como a manutenção de uma grande máquina de guerra associado ao protecionismo comercial e ao expansionismo territorial. Recorrendo à tese deste autor de que é a associação do capitalismo e da democracia o que resulta na paz, Doyle afirma que o liberalismo pacifista defende que as guerras atendem apenas ao interesse de pequenas elites e que o capitalismo termina por criar indivíduos racionais que não apoiam os esforços da guerra e pressionam por maior participação política, produzindo a democracia.

- *Liberalismo Imperialista:* Doyle recorre, também, aos argumentos de Maquiavel e afirma que a República pode ser, na verdade, a forma de Estado que melhor permite o expansionismo imperialista. Isto porque os cidadãos livres apoiam a organização de exércitos que lutarão pela glória e pelo bem comum, o que, na verdade, seria o bem destes mesmos cidadãos. Ainda assim, a liberdade é resguardada pela

possibilidade de que o povo utilize a sua capacidade de controlar os governantes.

- *Liberalismo Internacionalista*: A tese kantiana de que, quanto maior for o peso da opinião pública, mais pacifista tenderá a ser o Estado, é a base desta vertente. Segundo Doyle, no entanto, a democracia não é uma variável suficiente para que se atinja a paz, sendo necessário também o estabelecimento de um federalismo que promova normas comuns entre seus membros. Estes Estados serão, então, pacifistas entre si, o que não os impedirá de envolverem-se em conflitos com outros Estados não democráticos.

Como afirma Sarfati (2005), as visões históricas do liberalismo apresentadas por Doyle continuam relevantes à análise das relações internacionais. No entanto, as transformações ocorridas no mundo ao longo da segunda metade do século XX exigiam uma revisão da corrente liberal, ganhando, este esforço, o nome de Neoliberalismo.

Arthur Stein (2008) chama a atenção para a proliferação de instituições internacionais ao longo e

após a Guerra Fria – tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) -, que executam a função de criar certo grau de ordenamento e de entendimentos formais em um sistema internacional descentralizado e que ainda conta com os Estados como os principais atores. Assim, os arranjos institucionais consistem em espaços de diálogo e de cooperação que visam permitir o fluxo de informações e o monitoramento de compromissos assumidos pelos Estados.

O neoliberalismo critica, ainda, o que considera como uma definição estrutural limitada do Neorrealismo, uma vez que esta última corrente ainda privilegia a observância das capacidades materiais – militares – dos Estados e considera como de pouca relevância outros atores que não o Estado Nacional. O argumento neoliberal, por sua vez, é o de que a análise das relações internacionais não pode ignorar a

importância de outras formas de poder, tais como o econômico e o político-diplomático. Isto porque a agenda internacional já não pode ser limitada às questões de paz e guerra, mas temas como direitos humanos e meio ambiente ganharam maior relevância, principalmente a partir da década de 1990. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo salienta que a visão tradicional estadocêntrica deve ceder espaço a uma realidade em que os atores transnacionais ganham maior participação na arena global. Estes são os atores não-estatais, tais como as empresas transnacionais, as ONGs e as organizações internacionais governamentais, ademais de partidos políticos, governos municipais e estaduais, redes transnacionais de terrorismo ou narcotráfico, por exemplo.

Keohane e Nye (2001), por sua vez, entendem que as relações internacionais podem ser caracterizadas pela maior dependência mútua entre os Estados – nem sempre simétrica –, que são cada vez mais suscetíveis à interferência de forças externas. Esta *interdependência* torna mais complexa as relações entre os atores internacionais, ao mesmo tempo em que restringe a

autonomia dos Estados (SARFATI, 2005). Deste modo, a interdependência assimétrica pode ser também uma fonte de poder, uma vez que um dos Estados envolvidos possui maior capacidade de determinar os resultados das negociações ou de influenciar o comportamento dos demais Estados.

Conclusões

As teorias podem ser tão diversas quanto as perspectivas que possuímos do mundo em que vivemos. A partir de especulações, testes de hipóteses, representações de como o mundo deveria ser e reflexões sobre o processo de teorização, os teóricos das relações internacionais realizam um esforço no sentido de melhor compreender a realidade objetiva. Este capítulo buscou, mais especificamente, apresentar os elementos principais de duas das correntes teóricas mais relevantes deste campo de estudo, o realismo e o liberalismo.

Como pudemos ver, o grande debate das relações internacionais, travado entre realismo clássico e idealismo, evoluiu e, ao longo do tempo, incorporou novas metodologias e novos atores. Ambas

as correntes buscaram se consolidar como teoria universal das relações internacionais, seus pressupostos são constantemente testados em casos empíricos e contam com enorme relevância para a ação política. Ainda assim, este debate paradigmático não nos levou à construção de uma síntese teórica capaz de explicar as relações internacionais em todos os seus aspectos, mas, ao contrário, ao surgimento de novas formas de interpretação a partir do fim da Guerra Fria, as chamadas correntes pós-positivistas – tais como a Teoria Crítica, o Feminismo e o meio termo entre “racionalistas” e “reflexivistas”, a Teoria Construtivista.

Se a ausência de consenso entre as grandes teorias e a multiplicidade de correntes geram críticas entre os que questionam se seria as relações internacionais uma “ciência normal”, por outro lado terminam por ser o resultado natural de uma área do conhecimento que possui enorme complexidade, riqueza e diversidade, e que procura compreender objetos que se movem em cenários de tão pouca previsibilidade. Afinal, trata-se de uma ciência que,

diferente das ciências exatas, utiliza conceitos de difícil mensuração, como soberania, poder, cooperação.

Parece-nos claro, então, que as relações internacionais são uma ciência que possui sua centralidade no debate constante entre correntes teóricas que se transformam com o mesmo dinamismo em que se transforma o seu objeto de estudo: as relações de poder entre os diferentes atores que compartilham a arena global.

Referências Bibliográficas

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Trad. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

DOYLE, Michael W. Liberalism and world politics. **American Political Science Review**, n.4, v.80, dez.1986.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HERZ, Mônica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, vol.24, n.01, jan-jun, 2002, pp.7-40.

HOBBS, Thomas. **Leviatã** – ou matéria forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 2008.

KEOHANE, Robert K.; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. Nova York: Harper Collins, 2001.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a Primeira década de Tito Lívio**. 3 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

_____. **O Príncipe; Escritos políticos**. 3ed. São Paulo: Abril cultural, 1983.

_____. **Escritos políticos; A arte da guerra**. São Paulo: Martin Claret, SD.

MORE, Thomas. **A utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações** – a luta pela guerra e pela paz. Brasília: Editora UNB/ Instituto de pesquisas em relações internacionais, 2003.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE JUNIOR, Joseph. **Compreender os conflitos internacionais**: uma introdução à teoria e à história. Lisboa: Gradiva, 2002.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. O Abade de Saint-Pierre: os fundamentos das instituições internacionais. In: ABBÉ DE SAINT-PIERRE. **Projeto para tornar perpétua a paz na Europa**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

STEIN, Arthur A. Neoliberal institutionalism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. **The Oxford**

handbook of International Relations. New York:
Oxford University Press, 2008.

WALT, Stephen M. **International relations: one
world, many theories.** Foreign Policy, mar-jun, 1998.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o estado e a guerra.** São
Paulo: Martins Fontes, 2004.

**Turismo e integración regional: el caso del
Mercosur**

Por Bárbara Catalano

Consideraciones iniciales sobre el turismo

En la actualidad se concibe al turismo como un fenómeno socio-espacial que atraviesa distintos estratos y aspectos de la vida social actual y permea otros campos de estudio tales como los procesos de integración regional en las sociedades globalizadas. Definir al turismo no es una tarea fácil y la precisión de una definición acertada depende del objeto final que media en la mirada de quién lo pone bajo la lupa. Así el turismo constituye una práctica social, protagonizada por sujetos sociales (Bertoncello, 2002:32) que desemboca en un complejo entramado de vinculaciones socio-culturales interesantes de ser analizadas. Pero el turismo también es una actividad económica protagonizada por agentes económicos, consumidores y un conjunto de elementos que se relacionan entre sí conformando un sistema turístico pasible de ser ordenado a fin de facilitar la

comprensión de las multidimensiones que atañen al desarrollo de la actividad.

Si bien la forma de turismo actual se condice con los modos de producción capitalista característico de la post-industrialización, es posible encontrar ciertos orígenes en la antigüedad. Lejos de ser una institución reciente el turismo, pero más precisamente el viaje, como promotor de la actual denominación, constituyó, desde antaño, un elemento significativo de la vida económica y social (Lanquar, 1978). La historia griega, por ejemplo, ya había empezado a conceptualizar el ocio a raíz de ciertas experiencias sociales que se practicaban en los momentos en los que no se trabajaba. Así se concebían dos formas de ocio: el ocio cualificado, más profundo y rico, que se adquiere como parte de la educación y que conduce a un aprendizaje que es en sí mismo un goce (Cordero Ulate, 2006:25-26). Por otra parte, el ocio relacionado al descanso, a la reposición de fuerzas, con un fin utilitario, pensado para descansar y enfrentar nuevamente al trabajo. Para arribar a cierta contemplación de la sabiduría, la verdad, la bondad y la

belleza era necesario una vida de ocio *Skholé* que no significaba no hacer nada, sino un estado de paz y contemplación creadora, según el ocio como vía del saber no utilitario (Munné, 2010:40). Junto a la evolución en las prácticas del ocio también evolucionó su forma de abordarlo, sujetándose a ideologías y enfoques según cada contexto socio-histórico¹. Por otra parte, los orígenes de los viajes recaen en los orígenes de las civilizaciones, considerándose un fenómeno paradigmático en los inicios del turismo contemporáneo, el Grand Tour² (Towner, 1985), práctica aristocrática que comienza a ser un hito para el posterior desarrollo del turismo según la concepción actual.

Ahora bien, es posible inferir desde los aspectos subjetivos del turismo ciertas líneas de continuidad

¹ Por ejemplo, Munné (2010) en su apartado "las respuestas de la historia sobre el ocio" detalla de qué manera fue evolucionando cada enfoque histórico y especifica cómo la modernización aporta el quiebre con la concepción del uso social del tiempo, mientras que en el ocio moderno se priorizan las formas cuantitativas relativos a la utilización del tiempo.

² El Grand Tour fue producto de un contexto sociocultural particular, así Towner (1985) en un estudio historiográfico describe las distintas formas en las que se realizaban los viajes desde mediados del siglo XVI hasta inicios del siglo XIX, gran periodo en donde a través de fuentes tales como cartas, relatos, diarios de viajes, se evidencian características de los viajes en los diferentes momentos tales como duración del viaje, lugares visitados, alojamiento, etc.

con el entramado de los flujos turísticos desde la perspectiva global, es decir, ver al turismo en forma agregada a través de la sumatoria de los desplazamientos que se gesten desde una región de origen hacia un lugar de destino y ello de alguna manera sigue la pauta de las formas en las que se desenvuelve la práctica turística desde la micro escala.

De modo que, más allá de que se incurra en una definición propia con miras a entender las capacidades de los hilos conductores que representan los flujos turísticos no conviene omitir la tradicional definición de turismo como el conjunto de actividades que realizan las personas a lo largo de un viaje que incluye un desplazamiento desde su lugar de residencia habitual hacia un lugar de destino según la Organización Mundial del Turismo (OMT), organismo a través del cual se estipulan ciertas pautas regulatorias que organizan el turismo internacional y se plasman orientaciones sobre los impactos del turismo para las sociedades, sobre todo de países en desarrollo.

Entonces, es posible encuadrar el turismo internacional como un fenómeno³, como algo que sucede y que puede ser observado, con una mirada crítica, funcional o analítica. Desde la sociología del turismo se abordó al fenómeno del turismo internacional como la forma conceptual y empírica a través de la cual las sociedades distintas se mezclan, se unen y conforman un tejido multicultural en el que convergen diversos usos, costumbres y tradiciones propias de cada población. A su vez, es posible considerarlo desde el enfoque de las movilidades como una tipología de movilidad temporal, distinta al de las migraciones, pero con aspectos en común (Backer & King, 2015; Hall, 2004).

A lo largo de la historia existió una tendencia marcada hacia los estudios cuantitativistas con sesgo en la mirada económica que ven a los flujos turísticos análogamente a los flujos monetarios o a los intercambios comerciales entre países (Marie-François; Lanfant, Allcock, & Bruner, 1995:26). En ese

³ El turismo puede ser visto como un fenómeno, lo que posibilita el conocimiento humano. Así, hablar de fenómeno turístico significa hablar de una acción que está teniendo lugar, que puede ser captada por la conciencia y que puede ser captada en sí. (Netto, 2007:88)

contexto, aparece lo que se denomina balanza turística, no solamente refiriéndonos a los saldos entre divisas de países que intercambian servicios turísticos sino también como el saldo (negativo o positivo) resultado de una operación de sumatoria por medio de la cual a los turistas que ingresan y se restan los que salen⁴. Esta tendencia está cambiando sí, pero no es posible dejar de lado que existió y continúa perdurando una predominancia por el enfoque económico transversal a los periodos y que de hecho también se correlaciona con un supuesto de que el turismo representa otra forma más de reproducción del capitalismo actual (Tottino, 2015).

A pesar de que no es posible escapar a la predominancia del enfoque de la economía de mercado, que asimila las personas desplazadas a mercancías, y que contabiliza las salidas y las llegadas de turistas en las diversas sociedades como operaciones de importación-exportación obedeciendo a las leyes de la oferta y la demanda (Lanfant, 1980:18)

⁴ La balanza turística ve al turista como un número omitiendo o pasando por alto cuestiones intrínsecas a las relaciones sociales producto de la actividad y experiencia turística en sí. Sin embargo es el sesgo que ha predominado desde hace varios años.

se torna cercano y necesario la profundización en lo que estos flujos representan, es decir, poder ahondar en los lineamientos que rigen las relaciones sociales en las experiencias turísticas y en la comprensión sobre el tejido en el que se enmarca la red de actores y diversos elementos que tienen lugar e interaccionan en el fenómeno del turismo internacional.⁵

Por lo anterior se deduce que el turismo implica un entramado complejo de interrelaciones y que a su vez es transversal a otras áreas de la vida social y a su estudio según los diversos enfoques disciplinarios (Hiernaux-Nicolas, 2002). De ello se desprende la iniciativa de ver a través del turismo otros procesos y/o fenómenos como son, por ejemplo, los procesos de integración regional. Estamos ante dos fenómenos y sucesos transversales y complejos, con varias esferas de intersección en común, donde existe una convergencia binacional o internacional y una puesta en escena de los actores característicos de cada campo.

⁵ Así, Lanfant (1980) también alude a una "construcción conceptual inconsciente del turismo internacional en cuanto sistema de intercambio de sociedades"

El turismo internacional y los procesos de integración regional

Dada la transversalidad del turismo es posible que algunos de los elementos e interrelaciones que lo componen sean instrumentales a la hora de develar aspectos importantes de los regionalismos y las formas en las que los países se vinculan, se relacionan y sus sociedades acompañan esos roles en un escenario internacional, cada vez más transnacional. El turismo internacional, a diferencia del doméstico o del interno implica el traspaso de fronteras, un desplazamiento a un lugar de destino, en otro país, distinto al lugar de origen. Esta expedición implica circulación de moneda extranjera entre países como también reconfiguraciones identitarias producto de las culturas móviles que protagonizan los viajeros y el aura que los caracteriza. El turismo también puede ser entendido como factor de paz y armonía en las relaciones entre las personas, una actividad humana capaz de generar beneficios sociales y económicos significativos, además de romper las barreras creadas por la política y las

diferencias en cultura, etnicidad, nacionalidad (O Moufakkir & Kelly, 2010)⁶.

Así, con el turismo se ponen en contacto dos mundos, que pueden ser muy distintos entre sí, o bien algo semejantes. En este sentido, producto también de la globalización y transnacionalización de la sociedad, las fronteras porosas son atravesadas por estas movilidades que en ocasiones fragmentan el concepto de nación, como consecuencia de la emergencia de lo local, lo regional, lo sub-nacional, las redes, economías globales, identidades y ciudadanías (Urry, 2000:194).

Los movimientos humanos no son inocuos a la consistencia, status y valorización del estado-nación. Las formas de circulación humana características del mundo contemporáneo afectan de alguna manera lo preestablecido, el territorio y la soberanía legítima que constituye la carta normativa del Estado-nación moderno (Appadurai, 1999:111)

⁶ Según Moufakkir & Kelly (2010:17) el viaje facilita el entendimiento entre la gente de diferentes orígenes raciales, culturales y nacionales y que además promueve la paz mundial. Este precepto se basa en 3 suposiciones: 1) que el turismo congrega a las personas, las une, las acerca; 2) ese contacto es suficiente para generar un entendimiento y un vínculo mutuo entre la gente. y 3) que es mayor entendimiento puede conducir a la paz mundial.

En este sentido, cabría preguntarse, entonces el rol que estarían jugando los flujos turísticos en procesos de integración regional, contexto en el cual las naciones y los Estados se convierten en actores de relevancia en el relacionamiento internacional en un marco donde impregna la globalización, los regionalismos y formas diversas de asociaciones o vinculaciones transnacionales.

Algunos autores ya se han referido al turismo internacional como subsidiario a la explicación de ciertos procesos de integración regional. Para el caso de la Unión Europea, por ejemplo, comienza a situarse en la agenda comunitaria bajo la premisa de que a través del turismo se contribuye hacia la mejora del conocimiento de la cultura de los Estados miembros. En este sentido el turismo puede ser considerado como un factor de integración social ya que estrecha las relaciones entre los Estados miembros de un bloque, como es el caso de la Unión Europea (Vellas, 2004:213). Por otra, en las concepciones más clásicas sobre las teorías de integración regional Joseph Nye (1968) aduce que los procesos de integración

comprenden interdependencias complejas en la que además de la integración económica y comercial son esenciales, también, la integración política y la social (Nye, 1968). Según el autor la integración definida como las partes que constituyen un todo, puede ser desmembrado en integración económica, integración social e integración política. En este sentido, Nye redefine a la integración social como la creación de una sociedad transnacional o la abolición de impedimentos nacionales para la libre circulación de las transacciones. En relación a esto último, hace hincapié en aquellas transacciones con connotaciones de comunicaciones interpersonales (comercio, correo, llamadas telefónicas). En esta línea, el autor distingue entre integración de la masa o integración de la elite, refiriendo para esta última a los viajes. Cabe mencionar que si bien el turismo desde sus inicios como turismo organizado⁷ fue creciendo cada vez más y también el

⁷ Según Lash y Urry (1998:339-371) el turismo organizado tiene sus orígenes a mediados del siglo XIX acompañando un proceso de turismo de masas a través el viaje se torna democratizador, homogeneizador de la sociedad. A partir de ese entonces aumenta en escalada la cantidad de viajes realizados y cada vez más sectores de la población tienen acceso a viajar y a hacer turismo. A pesar de que el acceso al turismo a lo largo de la historia fue aumentando, continúa siendo un tipo de práctica característica de sectores medios, medios

acceso a los viajes, continúa representando una práctica característica de los sectores medios y altos dada la connotación de bienes y servicios superfluos característicos de consumos correspondientes a los estratos con ingresos medios altos⁸. A pesar de ello, existe una cada vez mayor conciencia sobre el derecho a la movilidad y a viajar, gran parte de la sociedad se desplaza y esta tasa no merma en lo absoluto, solo se observaron tasas de crecimiento negativas en relación al turismo en episodios muy paradigmáticos en la historia⁹.

Retomando los supuestos teóricos sobre los cuales se asientan la correlación entre el turismo y los procesos de integración regional, cabe mencionar a Liphart (1964) quien analiza las intensidades de los flujos de turistas entre países con el foco en que ello

altos, por lo que el planteo de Nye (1968) en función de que el turismo es integrador pero de elites es posible que concuerde con la realidad actual del turismo.

⁸ El turismo corresponde a un consumo de un tipo de bien elástico característico de los bienes que no son de primera necesidad. Es decir que ante una variación en el nivel de ingreso una correspondiente variación en el nivel de consumo turístico.

⁹ A modo de ejemplo se observaron caídas importantes del turismo internacional luego del episodio 11S o bien en el 2008/2009 luego de la crisis financiera internacional (OMT)

representa indicadores potenciales integración regional.

De modo que, considerando que los movimientos de turistas internacionales a través de las fronteras generan lazos más allá de lo meramente experimental y momentáneo entre sociedades, que en principio serían caracterizadas como distintas entre sí, deviene la necesidad de focalizar el tema en un caso específico, delimitando una región particular a fin de dimensionar las implicancias del turismo en un bloque de integración regional, como es el caso del Mercosur.

El caso del turismo en el Mercosur

El Mercosur es un bloque de integración regional políticamente consolidado a través del Tratado de Asunción en el año 1991 con el nombre de Mercado Común del Sur (Mercosur) conformado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. En sus orígenes surge con el objetivo primordial de conformar una unión aduanera, liberalizar el comercio y posicionar a sus miembros en la economía mundial. Hoy en día, los objetivos reales e ideales traspasan las fronteras

económicas dando lugar a nuevos y complejos entramados que, aunque subsidiarios de la integración económica, permiten concebir a la integración a través de las otras esferas de la vida política y social que atraviesan los Estados y las poblaciones que integran el bloque.

Junto a la Comunidad Andina de Naciones (CAN), abarcan casi la totalidad de los países de América del Sur. Mercosur y CAN constituyen los procesos de integración regional suramericana de significativo reconocimiento internacional. A pesar de que en los últimos años se ha cuestionado bastante la eficacia del Mercosur, continúa siendo la instancia de relacionamiento regional con repercusiones concretas en las transacciones comerciales, como también en integración productiva, cooperación en las esferas de lo social o cultural, solo para mencionar algunos de los rasgos en los que el Mercosur ha avanzado considerablemente. No obstante, no conviene abstraerse de las tensiones que atraviesa, y de las interpelaciones a las que fue sometido por grandes inconsistencias marcadas por fracturas en el seno del

mismo bloque. Tal como lo afirma Panaia (2014b), refiriéndose al Mercosur: "más que un proceso de transición nuestro territorio está viviendo una crisis de larga duración" (pp2). A pesar de ello existen cimientos concretos en los que el bloque se asienta y de hecho sigue evolucionando, como se evidencia en la creación y funcionamiento activo del Parlasur¹⁰. La conformación de éste órgano da cuenta de una profundización en la integración regional producto de una mayor participación ciudadana a través de la intervención del cuerpo legislativo correspondientes a los diversos países que lo componen.

El Mercosur ha avanzado además en cuanto a la diversidad de los temas que trata y a medida que el bloque fue madurando en términos de conciencia política, como también en cuanto al comercio efectivo entre países, la veta comercial quedó subsumida en otros diversos aspectos de integración como es el de la

¹⁰ Así, según el sitio web oficial del organismo "El Parlasur es un espacio común en el que se refleja el pluralismo y las diversidades de la región, y que contribuye a la democracia, la participación, la representatividad, la transparencia y la legitimidad social en el desarrollo del proceso de integración y de sus normas". (disponible en: <https://www.parlamentomercosur.org/>)

integración cultural. En este sentido tal como lo afirma Solanas (1998) "Todo proceso de integración requiere compatibilizar los proyectos de la política cultural con las diversas formas de representaciones colectivas de las distintas culturas"¹¹ (Solanas & Vazquez, 1998:178). Hoy en día se incluyen entre tantas otras la dimensión social, productiva y cultural y ésta ampliación de competencias y áreas de integración - basándose siempre en un diseño institucional intergubernamental e inter-presidencialista- (Briceño Ruiz, 2011), incluyó al sector del turismo. Si bien no fue considerado como prioritario en el conjunto de actividades y áreas de trabajo del Mercosur, comenzó a tratarse en el ámbito institucional y en los grupos de trabajo ya a finales de la década del noventa. Además, hubo una continuidad en la discusión institucional sobre el turismo que siguió hasta la actualidad con una cada vez mayor significancia para la visión de

¹¹ En la obra, Solanas aborda la dimensión cultural y comunicacional en un proceso de integración relativamente joven para la época, dado que el Mercosur contaba tan solo con 7 años. A pesar de ello ya se vislumbraban horizontes que traspasaban las incumbencias económico-comerciales al pensar en las posibilidades de lograr una integración suramericana.

integración regional que los funcionarios representantes de los países miembros manifiestan.

Considerando la importancia que el turismo representa para toda la región, hoy se llevan a cabo dos instancias de discusión intergubernamental, las Reuniones de Ministros de Turismo (RMTUR) y las Reuniones Especializadas de Turismo (RET) para tratar los temas que competen a los cuatro países del Mercosur¹², en el desarrollo de la actividad.

El tratado de Asunción expresa la necesidad de ampliar las actuales dimensiones de los mercados nacionales, a través de la integración, mediante el más eficaz aprovechamiento de los recursos disponibles, la preservación del medio ambiente, el mejoramiento de las interconexiones físicas, la coordinación de las políticas macroeconómicas y la complementación de los diferentes sectores de la economía, con base en los principios de gradualidad, flexibilidad y equilibrio. Por un lado, el turismo es una actividad económica en sí misma, dado el ingreso de divisas que genera, pero por

¹² En ocasiones también participan los representantes de los miembros asociados a estas reuniones.

otro, es reactivadora de otras aéreas económicas. Y en este sentido es clave la coordinación de políticas macroeconómicas para orientar la actividad hacia un mismo horizonte.

Dado que el Mercosur requiere del tratamiento de temas no incluidos en los Subgrupos de Trabajo establecidos en el Anexo V del Tratado de Asunción, por medio de la resolución N° 12/91, desde el GMC, se da origen a las Reuniones Especializadas de Turismo (RET) que tiene como función proponer al Grupo Mercado Común medidas tendientes a coordinar sus respectivas políticas turísticas. Por otra parte, desde la órbita del Consejo del Mercado Común CMC en 2003 por medio de la DEC N° 12/03 se dio inicio a la Reunión de Ministros de Turismo (RMTUR) contemplando que para la profundización del proceso de integración del MERCOSUR, resultaba conveniente tratar determinados asuntos a nivel ministerial o a nivel de funcionarios de jerarquía equivalente. En este marco, la RMTUR tiene como función proponer al Consejo del Mercado Común, medidas tendientes a la coordinación de políticas para promover la difusión del

turismo entre los países del MERCOSUR, así como el incremento del flujo de turistas de terceros países hacia los Estados Parte.

Desde la creación de ambas reuniones se abordan diversas cuestiones relacionadas al desarrollo del turismo a nivel regional y se ha avanzado en temas como por ejemplo la eliminación de los límites para la obtención de divisas y cheques de viajeros relacionados con los servicios de turismo y de viajes - Resolución GMC N° 43/92. Otra de las medidas de tratamiento conjunto es el de la facilitación de fronteras o la promoción conjunta en destinos lejanos¹³. Ésta última ha estado vigente en la agenda de las Reuniones del Mercosur desde hace ya varios años y sentó un buen precedente, permitiendo llevar adelante programas concretos de promoción del turismo en el Mercosur en destinos extrazona. Otra de las medidas de relevancia fue la implementación de un Fondo de Promoción turística del Mercosur, fortaleciendo con ello la imagen regional en otras

¹³ Un caso exitoso y paradigmático fue la Oficina de Promoción turística conjunta en Tokio a través de la cual se ha evidenciado un incremento de turistas provenientes de ese lugar de origen (Catalano, 2014).

partes del mundo fomentando de esta manera la promoción regional. Entre otras medidas vinculadas se destacan, por un lado, el proyecto para la creación de una patente única vehicular Mercosur, con el fin de facilitar y agilizar circulación, identificación y fiscalización de vehículos en los Estados Parte¹⁴ y por otro, la iniciativa del desarrollo de circuitos turísticos integrados¹⁵ con el fin de promover la circulación de personas y fomento del turismo intrarregional¹⁶.

Estas iniciativas y avances se gestaron en el marco supranacional, no obstante se observan medidas y políticas públicas que fueron implementadas a nivel unilateral o bilateral por parte de las autoridades de aplicación de turismo de ciertos países y que estarían atravesadas indirectamente por un ánimo de profundizar la integración a través del turismo. Entre

¹⁴ Mediante la Decisión CMC 53/10. Se constituyó un grupo Ad Hoc para la elaboración e implementación de esta Patente la cual deberá presentar un Emblema Representativo del Mercosur.

¹⁵ Acta de Reunión de Ministros de Turismo n° XIII 01/14

¹⁶ Acuerdos y Decisiones relevantes en materia de turismo en Mercosur: •DEC. N° 18/08 - Acuerdo sobre documentos de viaje de los Estados Parte del Mercosur y Estados Asociados. •Acuerdo para la concesión de un plazo de noventa días a los turistas nacionales de los Estados Parte del Mercosur y Estados Asociados, 20/07/2006, •MERCOSUR/CMC/DEC. N° 24/09 - Fondo de promoción de turismo del Mercosur.

ellas se destacan: Tarifa Mercosur¹⁷, Cooperación binacional Argentina – Paraguay (FOAR), política de feriados, controles de cambios, turismo receptivo y receptivo intrarregional (Catalano, 2014), entre otras.

De lo dicho anteriormente es posible conocer el terreno cada vez mayor que ha ganado el turismo en el Mercosur como tema objeto de tratamiento y discusión, no solo desde el fortalecimiento del turismo intrarregional sino también desde la promoción conjunta de los países del bloque en el exterior.

Como fenómeno multi-escala desde la política turística -ya sea nacional, como internacional regional- se observa una toma de conciencia sobre lo que el fenómeno acarrea, principalmente por ser transversal a muchas otras disciplinas y actividades económicas y porque permite una mayor cohesión social producto del aprehendizaje de la cultura del otro en este repensar la integración regional traspasando las fronteras económicas.

¹⁷ Se implementan tarifas diferenciada, con preferencia a los ciudadanos Mercosur con tarifas menores en relación a otros turistas provenientes de otros países. Ejemplo: Parque Nacional Iguazú o Parque Nacional Los Glaciares.

Flujos turísticos en bloques de integración

El turismo internacional permite evidenciar las conectividades entre países a través de movimientos poblacionales temporarios como es el caso del turismo. Los flujos poblacionales ya sea los migratorios como los turísticos constituyen movilidades sociales (Coles, Hall, & Duval, 2006) en constante crecimiento, generando dinámicas complejas asociadas también a las formas de pensar la integración regional en un momento en el que los ensamblajes (Sassen, 2010) entre los Estados y las sociedades vislumbran vientos de renovación y cambios acorde a los nuevos ejes que demarcan una globalización inmanente. Los flujos turísticos internacionales además, a pesar de basarse en un conteo o medición de individuos que traspasan las fronteras de su país, evidencian otras dimensiones que atañen a las desigualdades regionales mundiales o bien a las diferentes magnitudes de las economías. Como también la relevancia del turismo de un país en contraste con el turismo en una región compuesta por un conjunto de países (De Pieri, 2014).

Dada la magnitud que acarrea el turismo en el bloque del Mercosur, surge el interrogante sobre cómo se desarrolla el entramado de flujos turísticos que van, vienen y circulan entre los países de la región, siendo éstos los hilos conductores que engloban las movilidades, creando un sistema integrado, percibido desde la escala global como un conjunto de países, o constelación de países unidos por los flujos de personas (Glick Schiller & Salazar, 2013). Por ello a continuación se esboza una síntesis de un estudio cuantitativo que permite dar cuenta de la significancia del turismo medido en llegadas de turistas internacionales. Se abordará el turismo receptivo intrarregional en contraposición con el turismo receptivo extra-regional para dimensionar la magnitud que representa la circulación y movimientos de personas, cultura, objetos, divisas, en una región determinada, a saber: Mercosur más Chile¹⁸. Asimismo, se esbozan las líneas de intersección entre la

¹⁸ Este conjunto de 5 países surge de una selección intencionada producto de que en el momento de iniciar el estudio anterior el Mercosur se componía por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Se decidió agregar a Chile al estudio previo dado que en término de magnitud de flujos representaba un flujo considerable a la región. Además de que participa en las Reuniones de Ministros de Turismo y RET como país asociado.

representatividad de esos flujos y las índices de turismo intrarregional con la idea de integración social, como una de las esferas de los procesos de integración regional (Liphart, 1964; Nye, 1968)¹⁹.

Cabe mencionar que la intensidad de flujos de turismo puede contribuir a intensificar la integración o bien puede generar un efecto negativo. Por ello el autor Liphart aclara que el volumen de los flujos de turismo internacional es solamente una de las dimensiones para analizar la integración entre los países. Es importante considerar que el turismo intrarregional entre los países en desarrollo es frecuentemente débil debido a que los flujos emisores de éstos países es relativamente menor al de los países desarrollados (Vellas, 2004). A su vez, el turismo evidencia el grado de desarrollo de una sociedad, desnuda el subdesarrollo de otras y testifica, a veces con particular crudeza, las desigualdades internas que caracterizan a un país o una región (Cordero Ulate, 2006:16).

¹⁹ Según estos autores el turismo se convierte en un factor indicador de integración, principalmente con la analogía de transacciones de bienes entre países, pero en este caso con las transacciones de población, flujos de personas, ya sea profesionales, estudiantes, migrantes o turistas.

Esta premisa se sostiene, además, al observar a simple vista el turismo intrarregional que presenta la región estudiada en contraste con una región compuesta principalmente de países avanzados, como es el caso de la Unión Europea, en donde el flujo del turismo intrarregional representa una porción importante²⁰.

De la misma manera que el turismo es multidisciplinario y atraviesa diversas actividades, no sólo económicas sino también socioculturales, el análisis del turismo en un conjunto de países resulta aún más compleja debido a las diferencias estructurales que conlleva el desarrollo de esta actividad en cada área, en cada contexto específico, según la zona de análisis.

En primer lugar observamos las cifras de turistas internacionales que recibe cada país entre los años 2001 y año 2013 las cuales presentan cierta estabilidad. A partir de dimensionar el turismo en

²⁰ La Unión Europea presenta cifras que reflejan una tasa de turismo intrarregional cercana al 88 % (Olalla Porras, 2002), mientras que en este caso se observan los valores cerca del 55 %.

cifras (llegadas), se realiza una segmentación de los destinos en tres categorías, véase **Cuadro 3**. Se considera a Brasil y Argentina como el primer grupo de países que representan el 62 % de los turistas que recibe la región, reflejando estas tasas la cantidad de 11.384.312ⁱ turistas internacionales para el año 2013. Al observar la participación del turismo receptivo que recibe Argentina y Brasil en el periodo 2001-2013, si bien se han incrementado los ingresos, la participación en el total que la región recibe prácticamente se ha mantenido. Esto es que para el año 2001 estos dos países representaron el 64% del total que recibe la región, que en ese entonces fueron 7.393.039 turistasⁱⁱ. Luego, Chile y Uruguay representa la segunda categoría de países, dado que para el año 2001 ambos países representaron el 34% de la región siendo este porcentaje el equivalente a 3.859.553 turistasⁱⁱⁱ. Vemos que esta magnitud se mantiene, si bien ha cambiado la proporción de cada país dado que Chile ganó mayor representatividad para el año 2013 el grupo de los dos países reflejan el 34 % de los turistas recibidos a toda la región, traduciendo esta tasa a las cifras de

6.391.526 turistas^{iv}. Finalmente, Paraguay con características muy distintas al resto de los países de la región. La afluencia de turistas extranjeros que recibe es muy poco significativa en relación al resto de los países, por ello es que se lo considera como el país más vulnerable y más dependiente del turismo regional, como se verá a continuación en el análisis sobre la intrarregionalidad de los flujos.

Cuadro 1. Llegadas de turistas internacionales a Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay y Chile en el periodo 2001-2013

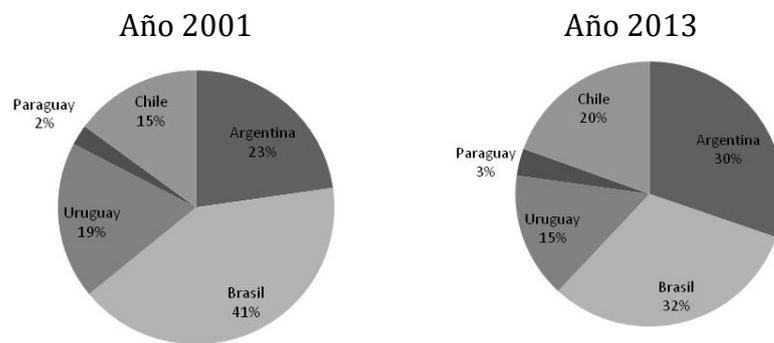
		Años												
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Países	Argentina	2.620.464	2.820.039	2.935.271	3.456.526	3.822.666	4.172.533	4.561.743	4.700.492	4.307.666	5.325.130	5.704.650	5.586.903	5.570.970
	Brasil	4.772.575	3.784.898	4.132.847	4.793.703	5.358.170	5.017.251	5.025.834	5.050.099	4.802.217	5.161.379	5.433.354	5.676.843	5.813.342
	Uruguay	2.136.446	1.353.872	1.508.055	1.870.858	1.917.049	1.824.340	1.815.281	1.997.894	2.098.780	2.407.676	2.960.155	2.845.989	2.815.322
	Paraguay	278.672	250.423	268.175	309.287	340.845	388.465	415.702	428.215	439.246	465.264	523.740	579.305	609.901
	Chile	1.723.107	1.412.315	1.613.523	1.785.024	2.027.082	2.252.952	2.506.756	2.698.659	2.759.695	2.800.637	3.137.285	3.554.279	3.576.204
	TOTAL	11.531.264	9.621.547	10.517.871	12.215.398	13.465.812	13.655.541	14.325.316	14.875.349	14.407.604	16.160.086	17.759.184	18.243.319	18.385.739

Fuente: Para Chile entre 2001-2008 Sernatur y para 2009-2013 OMT. Resto de los países OMT

Otra de las dimensiones que se subrayan a partir de éste análisis histórico sobre las llegadas de

turistas a cada uno de los países de la región es que Argentina ha ganado un lugar importante en cuanto a la representatividad regional. Dado que para el año 2001 representaba solo el 23% mientras que para el 2013 representa un 30% del total de llegadas. Esto también se traduce en que Argentina tuvo influencia en el crecimiento total que tuvo la región.

Cuadro 2. Distribución porcentual para Año 2001 vs año 2013 de la totalidad de llegadas de turistas internacionales que contabiliza cada país



Fuente: Elaboración propia en base a los datos provistos por la OMT

Cuadro 3. Agrupación de países de la región Mercosur más Chile según cantidad de turistas recibidos

Características de los países	Países	Representatividad		Cantidad de turistas	
		Año 2001	Año 2013	Año 2001	Año 2013
Mayor afluencia y representatividad	Argentina y Brasil	64%	62%	7.393.039	11.384.312
Afluencia intermedia	Chile y Uruguay	24%	25%	3.859.553	6.391.526
Baja representatividad	Paraguay	2%	3%	278.672	609.901

Fuente: Elaboración propia en base a los datos provistos por la OMT

Asimismo, cabe destacar lo representativo del turismo intrarregional, por ejemplo considerando los valores del año 2013, éste se manifiesta a través de una tasa de turismo intrarregional correspondiente al 57%. Éste porcentaje es relativamente más alto en relación, por ejemplo, al caso de la Comunidad Andina de Naciones (Catalano, 2013) y menor al caso de la Unión Europea (Olalla Porras, 2002). Esta proporción no presentó grandes variaciones en el tiempo (Catalano,

2015)²¹ si comparamos la misma matriz con el año 2002, mientras que sí hubo un reacomodamiento de las orientaciones de los flujos reflejado principalmente por el aumento significativo del turismo receptivo en Argentina, que se profundiza en los últimos años revelándose como el mayor emisor de turismo hacia el resto de los países de la región (en términos porcentuales).

Cuadro 4. Cantidad de turistas internacionales recibidos por cada país (Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay y Chile), segmentados por país de origen (nacionalidad) para el año 2013

		Destino					
		Argentina	Brasil	Uruguay	Paraguay	Chile	Total Subregión
Origen	Argentina	-	1.711.491	1.648.343	271.897	1.362.752	4.994.483
	Brasil	1.083.250	-	392.992	191.451	362.162	2.029.855
	Uruguay	743.465	262.512	-	12.801	36.291	1.055.069
	Paraguay	642.355	268.932	43.636	-	29.418	984.341
	Chile	1.098.302	268.203	54.474	11.042	-	1.432.021
	Subtotal	3.567.372	2.511.138	2.139.445	487.191	1.790.623	10.495.769
	Resto del Mundo	2.003.598	3.302.204	675.877	36.663	1.785.581	7.803.923
	Total	5.570.970	5.813.342	2.815.322	523.854	3.576.204	18.299.692

Fuente: Elaboración propia en base a los datos provistos por la OMT

²¹ En este trabajo se exponen los datos sobre turismo intrarregional, valores absolutos y porcentuales correspondientes a los años 2002 y 2013.

Cuadro 5. Porcentajes de turismo internacional que recibe cada país (Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay y Chile), segmentados por país de origen (nacionalidad) para el año 2013, basados en el Cuadro 4.

		Destino					Total Subregión
		Argentina	Brasil	Uruguay	Paraguay	Chile	
Origen	Argentina	-	29	59	52	38	27
	Brasil	19	-	14	37	10	11
	Uruguay	13	5	-	2	1	6
	Paraguay	12	5	2	-	1	5
	Chile	20	5	2	2	-	8
	Subtotal	64	43	76	93	50	57
	Resto del Mundo	36	57	24	7	50	43
	Total	100	100	100	100	100	100

Fuente: Elaboración propia en base a los datos provistos por la OMT

Por lo dicho anteriormente y a través de la observación de los datos sobre el turismo en el marco de un proceso de integración regional deviene la necesidad de comprender la representación de estos movimientos poblacionales. Las cifras permiten dar cuenta de la evolución de los flujos turísticos en un grupo de países que conforman una región, como también la tasa de turismo intrarregional, es decir el peso que tiene el turismo dentro de una región en contraste con el turismo receptivo extra-región. Todo ello corresponde a un aspecto del análisis en los

estudios regionales. Sin embargo, no conviene descansar en el pragmatismo y limitado enfoque de los datos estadísticos²² y deviene necesario avanzar en la indagación y problematizar a la integración en construcción cuyos cimientos e hilos conductores constituyen poblaciones en movimiento que traen y llevan culturas, tradiciones, usos y costumbres propios de su lugar de origen o residencia. Así, repensamos a la integración regional focalizando en la integración social producto de las culturas móviles (Urry, 2007) y de la construcción de una región que traspase los enfoques tradicionales (Rojek & Urry, 1997) ²³ y avance hacia la concepción de un territorio marcado por los emblemas identificadores de los pobladores que lo habitan y lo transitan libremente (Segato, 2006:131).

²² Así, también lo mencionan Rojek y Urry (2007:2) "So while the collecting and analysis of the flows of visitors within and between countries, including the number of nights that they stay and so on, is crucially important data, we will not seek to reduce the tourism phenomenon to such an operational definition"

²³ Según Rojek y Urry (1997:11) las culturas son el resultado de flujos de personas imágenes que atraviesan las fronteras a través de por ejemplo los flujos de turistas y ello podría confluir en una región marcada por rasgos culturales comunes.

Reflexiones finales: repensando la integración a través del turismo

140

El turismo desde su enfoque regional da cuenta de un proceso más grande a través del cual se perciben agilizadas o no circulaciones de personas a través de los puntos fronterizos entre Estados que constituyen una alianza supranacional. Esta construcción conceptual basada en intercambios de sociedades requiere de un entendimiento más asiduo, sobre lo que representan los desplazamientos provocados por la industria turística y de esta manera acortar la brecha entre la escala global y su articulación con el micro-nivel (Meethan, 2001:6), a través de las experiencias turísticas, subjetividades e interacciones características del turismo como práctica social (Bertoncello, 2002). En este sentido, se propugna por un avance en el conocimiento sobre el turismo, complejizando abordajes, desdibujando fronteras disciplinares y uniendo globalidad y particularismo para comprender las influencias de las identidades específicas de individuos que habitan una región en un mundo altamente interconectado, global y

caracterizado por vastas formas de integración. Por ello no se apunta hacia un enfoque dicotómico o binario en el que cabe distinguir entre lo global o lo local, sino un empoderamiento en ambas escalas lo que ayudará a la producción de recuentos de globalización antiesencialistas (Salazar, 2006:117) lo que evidencia nuevamente la necesidad del abordaje totalizador.

A modo de sintetizar y concluir, a continuación se plasman los principales ejes que se intenta destacar en este trabajo:

En primer lugar, se identifica al turismo desde un enfoque multidisciplinar que requiere una variedad de perspectivas para abordarlo, un pluralismo teórico, que pueda dar sentido a las variadas conexiones y a la participación en el constante cambio medio social y cultural de la modernidad. En esta complejidad y múltiples niveles de análisis aparece la forma de identificar al turismo como vínculo entre sociedades, como una forma de acercar o bien hermanar a los pueblos que habitan una región específica.

En el sentido de que los flujos turísticos indican un aspecto de internacionalización, movimientos,

distancias geográficas, traspaso de fronteras, nos adentramos a reflexionar sobre otros procesos y/o fenómenos como son, por ejemplo, los procesos de integración regional que tienen varios aspectos en común con el turismo. Así, algunos de los elementos e interrelaciones que componen el turismo son instrumentales a la hora de develar aspectos importantes de los regionalismos y las formas en las que los países se vinculan, se relacionan y sus sociedades acompañan esos roles en un escenario internacional, cada vez más transnacional.

Es así como la relevancia del turismo en la integración regional se visualiza a través de varios focos de entendimiento. Por un lado es un fenómeno que fue creciendo y tomando cada vez más fuerza en la región, no solo en términos cuantitativos es decir, medido en llegadas o bien en el gasto que genera, sino que también en una cada vez mayor trascendencia a esta actividad, dado que constituye un motor reactivador de otros sectores y áreas de la vida económica y social actual.

En un marco regional en el que confluyen varios países es dable la aproximación a la integración desde la teoría de la autonomía (Briceño Ruiz & Simonoff, 2015) en cuanto a que desde la teoría de la dotación de factores nuestros países emiten y recibe turismo significativo intrarregional, ello se visualiza en la tasa de turismo intrarregional.

Por otra, ello estuvo acompañado por la conciencia política e institucional que se observó, por ejemplo en el caso del Mercosur al evolucionar el tratamiento del turismo en instancias de los grupos de trabajo regionales y al correr la mirada de lo exclusivamente comercial y adentrarse en una integración "Sur", basada en una convergencia cultural e histórica que de alguna manera nos une e identifica compartiendo ciertos rasgos característicos. Ello se observa, en parte, en el acompañamiento que el Mercosur tuvo en RMINTUR y RET.

Es así como aparece el turismo como entreverado en los procesos de integración regional y referimos el caso del Mercosur, a modo de ejemplo, para comprender las dinámicas de los flujos turísticos

en la región, como también el acompañamiento de las instancia político-institucionales a través de políticas públicas tendientes al tratamiento del turismo en una instancia de negociación internacional.

De este modo, se concluye que hubo avances significativos y evolutivos en el tratamiento de diversos temas en las reuniones de ministros de turismo como también en las reuniones especializadas de turismo del Mercosur, a fin de fortalecer el turismo intrarregional y la promoción conjunta del turismo en el exterior.

Por otra parte, al analizar los flujos turísticos en el conjunto de países del Mercosur más Chile evidenciamos por un lado ciertas asimetrías que podrían correlacionarse también con los desniveles en relación a las magnitudes de las economías de estos países. Ello se evidencia en la categorización de países según flujos que reciben, siendo Argentina y Brasil, los principales receptores; Chile y Uruguay, intermedios y Paraguay, el país menos significativo en relación a la cantidad de llegadas de turistas internacionales. Luego se vislumbra la intensidad de flujos de turismo entre

países advirtiéndole que ese volumen indicaría, en términos agregados, grados de vinculación bilateral considerando los relacionamientos binacionales en relación a los flujos turísticos entre países.

Finalmente, se insta el hecho de que el turismo debe ser estudiado bajo las dinámicas que suceden en la escala global en su articulación con el micro-nivel de las experiencias turísticas, subjetividades e interacciones características del turismo como práctica social y se alienta al avance en el conocimiento en este campo y a la complejización de los abordajes, dada la des-diferenciación de la sociedad actual²⁴ característica de la pos-modernidad que emerge entre nosotros hasta involuntariamente. Las nuevas formas de turismo características del mundo global y el nivel de interacción y aprehendizaje de la cultura local que surjan de esas prácticas pueden evidenciar formas de integración socio-cultural característica de una sociedad semiótica, apaciguando

²⁴ Lash y Urry afirman que la pos-modernidad supone una des-diferenciación de la sociedad, es decir que se desdibujan los límites de las fronteras y criterios que legislan cada dimensión volviéndose las esferas de la cultura menos auráticas. (364)

la predominancia economicista de la integración comercial.

Con ello se insiste en la necesidad de repensar al turismo internacional, los viajes y movimientos de personas como un factor clave en las configuraciones regionales donde lo nacional se conjuga con lo regional y lo global apareciendo nuevas espacialidades y temporalidades que afrontamos a través de las distintas redes y movilidades que atraviesan el mundo actual.

Referencias bibliográficas

- Appadurai, A. (1999). Soberanía sin territorialidad. Notas para una geografía posnacional. *Nueva Sociedad*, (163), 109–125.
- Backer, E., & King, B. (2015). *VFR travel research: international perspectives*. Bristol: Channel View Publications.
- Bertoncello, R. (2002). Turismo y territorio. Otras prácticas otras miradas. *Aportes Y Transferencias*, 6(2), 29–50.
- Briceño Ruiz, J. (2011). *El Mercosur y las complejidades*

de la integración regional. (J. Briceño Ruiz, Ed.).
Buenos Aires: Teseo.

Briceño Ruiz, J., & Simonoff, A. (2015). *Integración y cooperación regional en América Latina: Una relectura a partir de la teoría de la autonomía.* (1st ed.). Buenos Aires: Biblos.

Catalano, B. (2013). Perspectivas sobre el turismo en la Comunidad Andina de Naciones. Análisis comparativo con el Mercosur. In *Revista de estudios regionales y mercados de trabajo* (Vol. 9, pp. 205–223). Buenos Aires: Simel.

Catalano, B. (2014). *La integración regional y el turismo como fenómeno multidimensional. El caso del Mercosur. Tesis de Maestría.* (Tesis de Maestría. Procesos de integración regional y Mercosur. UBA). FCE. Universidad de Buenos Aires.

Catalano, B. (2015). Turismo e integración regional. Análisis sobre los flujos de turistas en el Mercosur. In *VII Simposio Internacional y XII Jornadas Nacionales de Investigación - Acción en Turismo CONDET Congreso Internacional de Turismo - ANET Facultad de Turismo - UNCo - Neuquén -*

Octubre 2015 (p. 14). Neuquén: CONDET.

- Coles, T., Hall, C. M., & Duval, D. T. (2006). Sobre el turismo y la movilidad en tiempos de movimiento y conjetura posdisciplinar. *Política Y Sociedad*, 42(1), 85–99. Retrieved from <http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/24110>
- Cordero Ulate, A. (2006). *Nuevos ejes de acumulación y naturaleza. El caso del turismo*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- De Pieri, V. S. G. (2014). Fluxos Turísticos Internacionais: uma proposta metodológica de análise sobre os (novos) destinos. *Turismo Em Analise*, 25(3), 503–526.
- Glick Schiller, N., & Salazar, N. B. (2013). Regimes of Mobility Across the Globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(2), 183–200. <http://doi.org/10.1080/1369183X.2013.723253>
- Hall, C. M. (2004). *Tourism and mobility*. Brisbane.
- Hiernaux-Nicolas, D. (2002). ¿Cómo definir el turismo?. Un repaso disciplinario. *Aportes Y Transferencias*,

6(2), 11–27. Retrieved from
<http://nulan.mdp.edu.ar/id/eprint/258>

Lanfant, M.-F. (1980). Introducción. El turismo en el proceso de internacionalización. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 22(1), 14–45.

Lanfant, M.-F., Allcock, J., & Bruner, E. (1995). *International tourism. Identity and change*. Londres: Sage.

Lanquar, R. (1978). *Turismo internacional*. Buenos Aires: Huemul.

Liphart, A. (1964). Tourist traffic and integration potential. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 2(3), 251–262. <http://doi.org/10.1111/j.1468-5965.1964.tb01086.x>

Meethan, K. (2001). *Tourism in global society*. Malaysia: Palgrave.

Moufakkir, O., & Kelly, I. (2010). *Tourism, progress and peace*. (O. Moufakkir, Ed.) *Zhurnal Eksperimental'noi i Teoreticheskoi Fiziki*. Wallingford: CABI.
<http://doi.org/10.1079/9781845936778.0000>

Munné, F. (2010). *Psicosociología del tiempo libre*. Un

enfoque crítico. México: Trillas.

- Netto, P. (2007). Filosofía del turismo. Una propuesta epistemológica. *Estudios Y Perspectivas En Turismo*, 16.
- Nye, J. S. (1968). Comparative Regional Integration: Concept and Measurement. *The University of Wisconsin Press - Journals Division*, 22(4), 855–880.
- Olalla Porras, G. (2002). La promoción del turismo en el marco de la Unión Europea. *Estudios Turísticos. Estudios Turísticos*, 23–33.
- Panaia, M. (2014). *Mercosur: la integración regional en tensión*. Buenos Aires: La Colmena.
- Rojek, C., & Urry, J. (1997). *Touring cultures. Transformations of travel and theory*. Londres: Routledge.
- Salazar, N. B. (2006). Antropología del turismo en países en desarrollo: Análisis crítico de las culturas, poderes e identidades generados por el turismo. *Tabula Rasa: Revista de Humanidades*, 5, 99–128.
- Sassen, S. (2010). *Terriotorio, autoridad y derechos*. De

los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales. Buenos Aires: Katz.

Segato, R. (2006). En busca de un léxico para teorizar la experiencia territorial contemporánea. *Politika. Revista de Ciencias Sociales*, 2, 129–148.

Solanas, F., & Vazquez, M. (1998). *Mercosur: Estado, economía, comunicación y cultura.* Buenos Aires: Eudeba.

Tottino, L. I. (2015). *¿Más trabajo, mejor trabajo? El caso de los trabajadores y las trabajadoras de las agencias de viajes de ciudad de Buenos Aires.* Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias sociales. Tesis de Maestría en ciencias sociales del trabajo".

Towner, J. (1985). The grand tour. A key phase in the history of tourism. *Annals of Tourism Research*, 12(3), 297–333. [http://doi.org/10.1016/0160-7383\(85\)90002-7](http://doi.org/10.1016/0160-7383(85)90002-7)

Urry, J. (2000). *Sociologies: Sociology beyond Societies.* (J. Urry, Ed.). London: Routledge.

Urry, J. (2007). Introducción. Culturas Móviles. In *Viajes y geografías* (p. 242). Buenos Aires:

Prometeo Libros.

Urry, J., & Lash, S. (1998). *Economía de signos y espacios. Sobre el capitalismo de la posorganización*. Buenos Aires: Amorrortu.

Vellas, F. (2004). *Economía y política del turismo internacional*. Madrid: Síntesis.

-
- ⁱ Para Argentina 5.570.970 y Brasil 5.813.342 turistas internacionales recibidos, correspondientes al año 2013
- ⁱⁱ Para Argentina 2.620.464 y Brasil 4.772.575 turistas internacionales recibidos, correspondientes al año 2001
- ⁱⁱⁱ Para Uruguay 2.136.446 y Chile 1.723.107 turistas internacionales recibidos, correspondientes al año 2001
- ^{iv} Para Uruguay 2.815.322 y Chile 3.576.204 turistas internacionales recibidos, correspondientes al año 2013